

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Notícias Gerais.

Período de Análise: 01/04/2016 a 30/04/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da ABAG
Site Eletrônico da CONAB
Site Eletrônico da CPT
Site Eletrônico do MMA
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira

Índice:

Decreto prevê cortes de cargos no Ministério da Agricultura. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 01/04/2016.....	6
Secretário de Alckmin citado na máfia da merenda deixa governo. Valor Econômico. 01/04/2016.....	6
Mostraremos os golpistas em cada poste deste país. FETRAF. 01/04/2016.	7
Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA debate momento do País. CNA. 01/04/2016.	9
Reforma administrativa: Mapa corta 220 cargos, quatro secretarias e reduz em 52% contratos e convênios. Priscilla Mendes – MAPA. 02/04/2016.	10
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização da Conab pede exoneração. MAPA. 02/04/2016.	11
Produção de peixe do Paraná deve crescer 22% em 2016, prevê Deral. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 04/04/2016.....	12
Walter Rezende toma posse como Presidente da Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Mapa. CNA. 04/04/2016.	13
Bancada ruralista contabiliza 72 votos a favor do impeachment de Dilma. Cristiano Zaia - Valor Econômico. 05/04/2016.	14
Prazo estabelecido para inscrição no CAR pode prejudicar agricultores. FETRAF. 05/04/2016.....	14
CNA defende impeachment de Dilma e critica Katia Abreu. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 06/04/2016.....	16
CNA decide apoiar o movimento em favor do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff. CNA. 06/04/2016.....	17
CNA anuncia apoio ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff e defende pacto nacional para retomada do crescimento do País. CNA. 06/04/2016.....	18
SDA cria grupos de trabalho para Olimpíadas e peste suína clássica. Cláudia Lafetá - MAPA. 06/04/2016.	19
Suspeitos da "máfia da merenda" no Estado de São Paulo são soltos. Valor Econômico. 07/04/2016.....	20
Sindicato dos produtores rurais de Conceição, na Paraíba, é reinaugurado com palestras para os participantes. CNA. 07/04/2016.	21
Mapa contrata consultores especialistas em aquicultura. Fernanda Tallarico – MAPA. 07/04/2016.	23
A capacitação para a incerteza. José Graziano – Valor Econômico. 08/04/2016.....	24

Nota do Condraf em defesa da Democracia. FETRAF. 08/04/2016.....	27
PTB deve perder controle sobre Conab. Cristiano Zaia- Valor Econômico. 11/04/2016.....	29
Presidente da Conab é exonerado do cargo. Maíra Magro – Valor Econômico. 11/04/2016.....	30
CMN eleva limite de crédito de custeio para retenção de matrizes suína. Cristiano Zaia- Valor Econômico. 11/04/2016.....	31
Para 'modernizar' Conab, ministra diz que fará cortes. Cristiano Zaia- Valor Econômico. 11/04/2016.....	31
Clima reduz safra, e preço do feijão sobe. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 12/04/2016.....	33
CNA convoca produtores rurais para manifestação em Brasília no domingo. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 12/04/2016.....	34
Ceplac terá ligação direta com a ministra e passará por reestruturação. Priscilla Mendes – MAPA. 12/04/2016.....	35
Kátia Abreu reúne estados para aumentar a adesão ao Sisbi. Cláudia Lafetá – MAPA. 12/04/2016.....	36
Tecnologias para cadeia da carne é assunto do Encontro do Sindicato Rural de Campo Grande. Ellen Albuquerque – CNA. 12/04/2016.....	37
Tecnologias para cadeia da carne é assunto do Encontro do Sindicato Rural de Campo Grande. Ellen Albuquerque – CNA. 12/04/2016.....	38
Mobilizados pela CNA, produtores querem a aprovação do Impeachment. CNA. 12/04/2016.....	39
CNA defende atuação junto a Parlamentares indecisos para aprovar pedido de impeachment da Presidente Dilma Rousseff. CNA. 12/04/2016.....	40
Mapa lança novas vagas de consultoria em aquicultura. Fernanda Tallarico – MAPA. 13/04/2016.....	40
Área de Preservação Permanente do Projeto Biomas ganha Ecotrilha na Caatinga. CNA. 13/04/2016.....	41
Para ANP, país precisa de novas refinarias e portos. André Ramalho – Valor Econômico. 14/04/2016.....	42
Entidades do setor agropecuário apoiam ação da CNA pelo impeachment. CNA. 14/04/2016.....	44
Para a CNA, GDF deve garantir segurança para manifestantes que apoiam impeachment. CNA. 15/04/2016.....	44
Adesão ao CAR chega a 67% no país. Bettina Barros – Valor Econômico. 15/04/2016.....	45

MP prevê renegociação de dívidas do Nordeste. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 15/04/2016.....	46
Dilma nomeia interinos para ministério da Integração e Conab. 15/04/2016.....	47
CNA já sinaliza apoio a eventual governo Temer. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 16/04/2016.....	48
Líder do MST convoca greve geral caso o impeachment seja aprovado. Lucas Marchesini e Andrea Jubé – Valor Econômico. 16/04/2016.....	49
Na expectativa pela aprovação do impeachment, produtores fazem manifestação em área rural perto de Brasília. CNA. 16/04/2016.....	49
Aprovação do impeachment garantirá mudanças estruturais na economia e a retomada do processo de desenvolvimento. CNA. 17/04/2016.....	51
CNA recebe decisão pelo impeachment consciente da sua responsabilidade no processo de reconstrução do país. CNA. 18/04/2016.	52
Comissão aprova MP que prevê renegociação de dívidas de produtores. Cristiano Zaia- Valor Econômico. 19/04/2016.	53
Preço do etanol ao consumidor recua em 18 Estados brasileiros. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 19/04/2016.	54
Especialistas preveem longo processo de recuperação. Juliano Basile – Valor Econômico. 19/04/2016.....	55
CNA encontra-se com Temer para dar apoio e apresentar pauta do setor. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 19/04/2016.	56
Seca castiga produção capixaba de frutas; mamão dispara. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 19/04/2016.....	58
Sem recursos, IBGE cancela Censo Agropecuário de 2017. Robson Sales e Alessandra Saraiva – Valor Econômico. 19/04/2016.....	59
Cebola e cenoura apresentam tendência de queda de preços no atacado. CONAB. 19/04/2016.....	60
Reunião debate adesão dos estados ao Sistema de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Fernanda Tallarico – MAPA. 19/04/2016.	61
Atrasos no repasse do Plano Safra não configuram empréstimo, diz ministra. Priscilla Mendes – MAPA. 20/04/2016.....	62
NOTA DA FETRAF-BRASIL/CUT. FETRAF. 20/04/2016.....	63
Mapa desenvolve várias ações para garantir controle sanitário durante as Olimpíadas. Cláudia Lafeta – MAPA. 22/04/2016.....	64
Açaí, o sabor da Amazônia que se espalha pelo mundo. Ana Carolina Oliveira - MAPA. 25/04/2016.	65

Do alto do açazeiro à mesa do consumidor. Ana Carolina Oliveira - MAPA. 25/04/2016.....	67
Presidente da FAEMG critica adiamento do Censo Agropecuário. CNA. 25/04/2016.....	68
Aumentam as vendas de destilados de luxo. Cibelle Bouças – Valor Econômico. 26/04/2016.....	69
Técnicos da Conab explicam como funcionam as ações da fiscalização para Secretaria da Pesca e CGU. CONAB. 26/04/2016.....	71
Força-tarefa regulariza situação de 2,3 mil embarcações no país. Ana Carolina Oliveira – MAPA. 27/04/2016.....	72
Setor agropecuário da Bahia mais uma vez tem saldo positivo na geração de empregos. CNA. 27/04/2016.....	72
Falta menos de um mês para o prazo final da Contribuição Sindical Rural. CNA. 27/04/2016.....	73
Presidente da CNA diz que novo Governo terá que apresentar mudanças ao País num prazo máximo de 60 dias. CNA. 28/04/2016.....	74
Em defesa de Dilma, Kátia Abreu diz que agricultura quis mais dinheiro. Vandson Lima e Fabio Murakawa – Valor Econômico. 29/04/2016.....	74
Ministra defende pagamento da subvenção agrícola na Comissão do Impeachment. Priscilla Mendes – MAPA. 29/04/2016.....	75

Decreto prevê cortes de cargos no Ministério da Agricultura. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 01/04/2016.

Como parte da reforma administrativa prometida pelo governo no ano passado, um decreto assinado pela presidente Dilma Rousseff hoje anunciou cortes de diversos cargos comissionados e de confiança no Ministério da Agricultura. A Pasta não informou ainda, porém, quantos postos serão eliminados no total, mas prometeu divulgar os nomes de servidores e indicados que serão exonerados.

O Decreto 8.701, publicado na edição desta sexta-feira do “Diário Oficial da União”, também funde duas secretarias. A Secretaria do Produtor Rural e Cooperativismo foi extinta e suas funções foram incorporadas à Secretaria de Integração e Mobilidade Social, que passa a ser chamada Secretaria do Produtor Rural, da Mobilidade Social e do Cooperativismo.

A antiga Secretaria do Produtor era ocupada por Caio Rocha, técnico de carreira da Emater do Rio Grande do Sul e ligado ao PMDB, que estava na Pasta desde 2011. Ele já havia dado declarações informando que entregaria seu cargo. Rocha tem como padrinhos políticos os peemedebistas Michel Temer, vice-presidente da República, e Eliseu Padilha, que comandou vários ministérios no governo Dilma.

Outro nome ligado a Temer que perdeu seu cargo é Francisco Sérgio Ferreira Jardim, que estava no comando da Superintendência Federal do Ministério da Agricultura em São Paulo há mais de 15 anos. Fiscal agropecuário de carreira, posição que poderá voltar a ocupar, Jardim foi secretário de Defesa Agropecuária do ministério na gestão de Wagner Rossi, em 2010.

Outra mudança incluída no desenho administrativo do ministério envolve a formatação da Comissão Executiva do plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que tinha status de autarquia vinculada ao ministério e agora passa a ter estrutura de departamento, com menos funções e hierarquia inferior. Essa área também já foi alvo de loteamento político no passado.

Secretário de Alckmin citado na máfia da merenda deixa governo. Valor Econômico. 01/04/2016.

Citado no esquema da máfia da merenda, o secretário estadual de Logística e Transportes de São Paulo, Duarte Nogueira, anunciou nesta sexta-feira que vai deixar o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) para reassumir seu mandato de deputado federal. O retorno à Câmara dos Deputados, segundo nota assinada por ele, é para votar o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Em seguida, Nogueira deve se candidatar à Prefeitura de Ribeirão Preto. A Corregedoria Geral de São Paulo arquivou nesta sexta-feira a investigação contra ele e o ex-secretário da Educação Herman Voorwald por suspeita de envolvimento no esquema de fraude em licitações para fornecimento de suco de laranja para merenda escolar. Para o órgão, não foram encontradas provas suficientes que sustentassem as acusações contra os dois.

"A partir da semana que vem reassumirei meu mandato de deputado federal para participar de um momento de extrema relevância. (...) Os paulistas, em especial os da minha cidade natal, Ribeirão Preto, sempre foram destaque nas manifestações pró-impeachment e, tendo sido eleito por eles, não posso deixar de representá-los", escreveu Duarte em uma rede social, agradecendo ao governador pela confiança.

Em poucos dias, esta é a segunda baixa na equipe de Alckmin. Na semana passada, Edson Aparecido, braço-direito do governador, deixou a secretaria da Casa Civil. Ele deve se candidatar a vereador nas eleições deste ano. O secretário estadual de esportes, Jean Madeira (PRB), também deve deixar o governo e se lançar como vereador.

Já outros secretários da gestão do tucano devem se licenciar nos próximos dias apenas para votar o impeachment na Câmara, retornando em seguida: Floriano Pesaro, do desenvolvimento social; Arnaldo Jardim, da agricultura; e Rodrigo Garcia, de desenvolvimento econômico.

(Agência O Globo)

Mostraremos os golpistas em cada poste deste país. FETRAF. 01/04/2016.

Diante de mais de 200 mil em Brasília, presidente da CUT alerta que parlamentares a favor do impeachment estarão na lista dos trabalhadores.

Nessa quinta (31), dia em que o grito de “não vai ter golpe” soou em 16 países, mais de 200 mil pessoas ocuparam Brasília para defender a democracia. A mesma Brasília de onde a ditadura disparava o primeiro tiro contra a democracia para instaurar a ditadura militar há 52 anos.

A resposta dos movimentos sociais não poderia ser mais contundente. Nas ruas da capital federal, representantes de todas as etnias, regiões do país, gênero, classe social, eleitores ou não da presidenta Dilma Rousseff, mas todos com um ponto em comum: o desejo de defender o Estado de Direito.

No ato final, diante do Congresso, lideranças dos movimentos que encampam a luta pela democracia deixaram o recado: não irão aceitar o chapéu que os perdedores do último pleito pretendem aplicar e, para isso, vão conversar abertamente com o povo, falou o presidente nacional da CUT, Vagner Freitas.

“Nós conseguiremos barrar o golpe nas ruas, mas fundamentalmente no Congresso Nacional. Temos que pressionar cada deputado e deputada deste país dizendo que quem votar pelo impeachment é golpista. E vamos mostrar a cara deles nos postes do país e em todas as redes sociais”.

Vagner também deixou um recado ao vice-presidente, Michel Temer (PMDB), e alertou que nenhum articulador do golpe terá vida fácil.

“Pro Temer, que fique claro, nós não o reconhecemos presidente, Temer não foi eleito pelo povo e para nós este golpista não comandará o país”.

Impeachment envergonhado – O dirigente destacou ainda que o impeachment é um atalho curto para levar ao poder quem quer tirar direitos trabalhistas e instaurar um regime sem contestações de movimentos organizados. “Querem instaurar a ditadura do Capital, da toga e da mídia. ”

Também em relação à velha mídia, Vagner disse que a mesma fumaça usada para enganar a população é utilizada como pilar de sustentação do golpe.

“A Globo quer provar que não é golpe, que é impeachment e está na Constituição. Assim como diziam que em 1964 não era golpe, era revolução. Vamos deixar bem claro, em alto e bom som, era golpe e em 2016 não vai ter golpe! Não há nenhum motivo para a presidenta ser impedida de governar, se não houver crime de responsabilidade impeachment é golpe!”, reforçou.

Olhar para as bases

Um dos coordenadores do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) João Paulo Rodrigues apontou que há três grandes desafios a médio e longo prazo para os movimentos sociais: derrotar o impeachment, construir um pensamento de maioria na sociedade brasileira contra os fascistas, a partir de ideias progressistas, e levar o governo Dilma para o lugar correto.

“Assim que passar o impeachment, vamos trazer o governo Dilma para a esquerda, cobrar para que faça mudanças na política econômica, para melhorar as condições de vida do nosso povo e que seja um governo, de fato, representante dos sentimentos da maioria dos brasileiros. ”

Na mesma linha, o coordenador nacional do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), Guilherme Boulos, ressaltou que é importante a presidenta olhar para quem está ao seu lado e a quem deve priorizar.

“Aqui não tem empresário, não estou vendo banqueiro, nem a elite desse país. O povo que está aqui é o que quer avanço nos direitos sociais, e é para quem a presidenta precisa olhar no momento de governar. Esse povo não quer ajuste fiscal, reforma da Previdência e políticas antipopulares. Quem precisa pagar a conta são os do andar de cima, o sonegador, com a taxaço de grandes fortunas”, defendeu.

Boulos também fez críticas à ação da Polícia Militar, acusada de criar dificuldades para quem tentava chegar ao local do ato e de ser um braço armado do golpe. O líder do MTST aproveitou, nesse momento, para ampliar o alerta sobre a forma como o sentimento de rancor podem transformar o país num barril de pólvora.

“A PM trata a pão de ló quem vem se manifestar pelo impeachment, libera metrô, tira selfie e hoje barrou dezenas de ônibus que vinham para cá. Estão jogando com a intolerância, estão brincando com fogo. Este jogo de intolerância, de também agredir quem está vestido de vermelho, covardemente, porque aqui não vem. Querem incendiar o país. Parem enquanto é tempo.”

Reação aos acertos

Presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Adilson Araújo, defendeu que a intolerância ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à presidenta Dilma não vem de seus erros, mas dos acertos.

“Nós conseguimos conquistar mudanças estratégicas no nosso país e isso causou um impacto extraordinário. Foi a partir da eleição de um retirante nordestino, de um operário de chão de fábrica que a gente viu este país crescer. O Brasil de hoje não é o mesmo daquele Brasil no qual estava subordinado ao capital internacional. Por isso, tentam a todo custo enganar a população, mas a verdade é que anteciparam a batalha de 2018 porque sabiam que Lula iria voltar.”

Ao lembrar da luta da UNE (União Nacional dos Estudantes) contra a ditadura militar, a presidenta da organização, Carina Vitral, também ressaltou a responsabilidade em estar na trincheira de lutar pela permanência dos investimentos feitos na educação nos últimos anos.

“O que está em jogo é o nosso futuro. Nós sabemos muito bem tudo o que conquistamos, Fies, Prouni, foi com muita luta e resistência e tudo isso está em risco. Nós não vamos colocar nosso futuro em risco. É só na democracia que a gente avança.”

Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA debate momento do País. CNA. 01/04/2016.

O atual momento político e econômico vivido pelo país e a repercussão na definição das questões fundiárias foram apresentados pelo professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Denis Rosenfield, durante reunião da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), nesta quarta-feira, (30/03). Para o presidente da Comissão, Paulo Ricardo Sousa Dias, “o atual momento vivido pela sociedade brasileira, certamente histórico, atinge diretamente o produtor rural, mas estamos atentos para nos orientar quanto ao que influencia a atividade agropecuária”.

Outro assunto abordado na reunião, que tem preocupado a Comissão, foi o Imposto Territorial Rural (ITR) cujas normas são executadas de acordo com convênio assinado entre a Receita Federal (SRF) e as prefeituras, em centenas de municípios. Por esse documento, o produtor deve informar o Valor da Terra Nua (VTN) à SRF. Ocorre que os dados informados pelas prefeituras, na maioria das vezes, são baseados em valores de mercado, elevando o VTN. Diante disso, a Comissão mantém contato com as federações estaduais de agricultura e pecuária para que orientem os sindicatos de produtores rurais a fim de alertarem aos prefeitos sobre a utilização correta do conceito do VTR, de forma a evitar prejuízos ao agricultor.

O Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), também tem sido motivo de preocupação e debate. A Comissão tem buscado informar ao produtor, por meio das federações e sindicatos, sobre a necessidade do correto preenchimento do cadastro para evitar questionamentos posteriores das entidades responsáveis. Grupo de Trabalho formado pela CNA e o Incra tem procurado tornar o CNIR mais ágil e preciso .

Furto de animais - Presente à reunião, o deputado Afonso Hamm (PP/RS) detalhou aos integrantes da Comissão os objetivos do projeto de Lei 6.999/2013 de sua autoria, que estabelece punições a quem pratica o crime de abigeato (furto de animais) e já em tramitação no Congresso Nacional. Para o parlamentar, “o abigeato é um dos crimes que mais ameaçam o patrimônio do produtor rural, além de ser um grande problema de saúde pública, pois a carne dos animais abatidos é comercializada clandestinamente sem a fiscalização da vigilância sanitária”.

O parlamentar aproveitou ainda a reunião da Comissão para destacar dois outros projetos de sua iniciativa: PL 3722/2012, que trata do porte rural de arma, e o PL 3531/2015 que prevê das operadoras 100% de sinal do sistema de telefonia móvel nas estradas federais e estaduais do país.

As reuniões da Comissão ocorrem alternadamente na sede da CNA, em Brasília, e nas Federações estaduais. Com isso, a Comissão busca se aproximar cada vez mais da realidade de produtor de cada estado.

Reforma administrativa: Mapa corta 220 cargos, quatro secretarias e reduz em 52% contratos e convênios. Priscilla Mendes – MAPA. 02/04/2016.

Medida faz parte do esforço fiscal adotado pela ministra Kátia Abreu

Com a fusão ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) cortou 220 cargos comissionados, reduziu quatro secretarias e gerou economia de R\$ 183,3 milhões em contratos e convênios. A medida faz parte da reforma administrativa do Estado e contribui para o esforço fiscal do governo federal.

Nessa sexta-feira (1), a Presidência da República publicou no Diário Oficial da União o Decreto 8.701, que aprova a nova estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Mapa, após fusão com o MPA. O Mapa é a primeira pasta a entregar sua reestruturação.

O decreto complementa o trabalho que já vinha sendo feito pelo ministério, que desde 2 de outubro de 2015 - quando foi editada a Medida Provisória que promoveu a fusão das duas pastas -, vem trabalhando para concluir a reestruturação e incorporar novas atribuições, cargos e estrutura do MPA.

O Mapa fundiu a Secretarias de Mobilidade Social com a Secretaria do Produtor Rural e Cooperativismo e criou a Secretaria de Pesca e Aquicultura, eliminando quatro secretarias do extinto MPA. A medida contribui para a meta do governo federal de reduzir 30 secretarias nacionais em toda a Esplanada.

À época da fusão, em outubro, a Pesca contava com 1.150 funcionários, entre cargos de confiança, terceirizados e servidores de carreira. Em três meses, antes mesmo da publicação do decreto presidencial, o Mapa reduziu em 41% a força de trabalho daquela pasta, gerando economia de R\$ 6,286 milhões em três meses.

Em novembro, o Mapa ainda analisou todos os contratos e convênios e reduziu mais de 57% desses contratos e gerou economia de R\$ 183,3 milhões.

Em um esforço para enxugar a máquina estatal e cortar gastos, promoveu a fusão das estruturas físicas da Pesca com a Agricultura. Entregou, por exemplo, o prédio em Brasília onde funcionava a sede do MPA. O edifício tem 18 andares e representava custo anual de aproximadamente R\$ 10 milhões. Nos 27 estados, unificou 80% das Superintendências da Pesca com as Superintendências Federais da Agricultura, o que vai gerar economia na ordem de R\$ 29 milhões ao ano.

Desde a posse da ministra Kátia Abreu, a modernização da gestão tem sido uma meta perseguida com obstinação. Todos os cortes apresentados pelo decreto número 8.701 foram elaborados pelo Mapa e acatados na íntegra pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. "Continuaremos persistindo na eficiência da gestão do Mapa e lutando contra os desperdícios de recursos públicos", afirmou Kátia Abreu.

Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização da Conab pede exoneração. MAPA. 02/04/2016.

Roberto Naves e Siqueira afirmou que pretender concorrer nas eleições municipais

Roberto Naves e Siqueira, diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), pediu exoneração do cargo nesta sexta-feira (1º). À frente da diretoria desde novembro de 2015, Siqueira entregou seu pedido de demissão à secretária Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e

Abastecimento (Mapa), Maria Emília Jaber, sob a justificativa de que pretende participar das eleições municipais deste ano.

Produção de peixe do Paraná deve crescer 22% em 2016, prevê Deral. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 04/04/2016.

O aumento do consumo e investimentos em expansão de abatedouros estão elevando o cultivo de peixes no Paraná. A produção deve crescer 22% em 2016, para 110 mil toneladas, de acordo com estimativa do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

A produção de pescados no Estado somou 90 mil toneladas em 2015, 18% acima do volume registrado em 2014. Se confirmado, o avanço de 22% previsto para o Paraná em 2016 será o maior do País. Para o Brasil a previsão é que a produção de pescados cresça 15% nesse ano.

O cultivo de peixe no Paraná, concentrado na região Oeste, é fonte de renda de pequenos produtores, que investem principalmente em tilápia. “A piscicultura ainda é uma atividade pequena no Estado, mas que está em franco desenvolvimento. O movimento começou com o advento dos pesque-pague na década de 1990 e, depois, com campanhas de fomento e investimentos em abatedouros”, diz Edmar Gervásio, técnico do Deral responsável pelos estudos no setor, em nota.

“A produção cresce com a combinação da boa rentabilidade da atividade nos últimos anos com a expansão dos abatedouros”, diz Cesar Ziliotto, chefe do Instituto Emater em Maripá, também em nota. A empresa de assistência vem trabalhando com os piscicultores para aprimorar a tecnologia de produção. “Há potencial para a região dobrar a produção nos próximos cinco anos”, diz.

Pelo menos dois grandes investimentos de cooperativas devem impulsionar a produção de peixes no Estado. A Copacol, que em 2008 inaugurou seu abatedouro em Nova Aurora, tem planos de dobrar a produção – para 140 mil tilápias por dia – até 2018. A cooperativa está investindo R\$ 80 milhões na expansão. A ideia é dar alternativas de renda para o cooperado. Hoje são 170 cooperados integrados na produção de peixes. O objetivo, de acordo com a Copacol, é que esse número chegue a 300 em 2018.

A C.Vale, de Palotina, prepara sua estreia no setor e iniciou a construção de um abatedouro de peixes com recursos de R\$ 80 milhões. A cooperativa vai processar, inicialmente, 50 toneladas por dia. O complexo, que deve ser inaugurado no primeiro trimestre de 2017, vai ficar junto ao parque avícola da cooperativa e gerar 250 empregos diretos.

Segundo o Deral, a valorização dos preços foi outro estímulo à produção de peixe no Estado nos últimos anos. Entre 2011 e 2015, o preço por quilo da tilápia subiu, em média, 42,1%. Atualmente o quilo é vendido no varejo a R\$ 30, valor superior à maioria dos cortes de carne bovina, por exemplo. “Mas apesar da valorização, a atividade sofre

com pressões nos custos dos insumos importados, impactados pelo dólar alto”, diz Edmar Gervásio, técnico do Deral.

A piscicultura no Paraná gera um Valor Bruto da Produção (VBP) de R\$ 425,6 milhões por ano, de acordo com dados mais recentes do Deral, referentes a 2014.

Walter Rezende toma posse como Presidente da Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Mapa. CNA. 04/04/2016.

O empresário e silvicultor Walter Rezende tomou posse, na quinta-feira (31/03), como presidente da Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Presidente da Comissão Nacional de Silvicultura e Agrossilvicultura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Rezende é o primeiro produtor rural a ocupar o cargo. “Uma das principais ações frente à Câmara é buscar uma solução mais imediata para o setor, a fim de fomentar o mercado, criando um elo entre todos os segmentos da cadeia econômica, desde o produtor até a indústria”, garantiu o produtor de madeira.

A posse ocorreu durante a 30ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial, quando os membros participantes discutiram as principais demandas para o setor de florestas. Um dos assuntos destacados foram as ocorrências da praga gorgulho do eucalipto nas plantações dos estados de São Paulo e Paraná. O coordenador do Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais (IPEF), Carlos Frederico Wilken, explicou que desde 2013, esses estados sofrem infestações da praga, por conta das condições climáticas. “A área atacada já soma 10 mil hectares/ano. A ausência de geadas provocada pelas mudanças climáticas e o aumento da temperatura têm favorecido a proliferação da praga nas regiões Sul e Sudeste”, disse.

De acordo com Carlos Wilken, o primeiro registro do gorgulho no Brasil foi em 1955, no Rio Grande do Sul, o segundo em 1980 no Paraná e posteriormente em Santa Catarina, em 1982. Para ele, a praga foi trazida no transporte de madeira e algumas medidas devem ser tomadas para diminuir a incidência dela. “Hoje, o controle químico é possível, mas não há produtos registrados disponíveis no mercado e a certificação ambiental também é um entrave. A possível solução é fazer um controle biológico, utilizando um fungo que parasita o inseto e aos poucos o dissemina”, explica.

Outra pauta relevante discutida no encontro foi sobre incentivos para produção de biomassa com a finalidade de gerar energia. O consultor Aldo de Cresci afirmou que a atividade é de extrema importância para o país, por reduzir os gases poluentes emitidos na atmosfera e ser uma segurança energética. “A árvore plantada pode ser bastante competitiva nessa área, mas ainda enfrentamos alguns entraves para seu desenvolvimento, especialmente os altos custos de produção. Contudo, o potencial dos maciços florestais devem ser considerados como grandes lagos para reserva de energia”, finaliza Aldo de Cresci.

O presidente da Câmara, Walter Rezende, sugeriu a criação de um grupo de trabalho para aprofundar o debate e tomar as medidas necessárias para aumentar a produção de biomassa para a geração de energia no Brasil. O grupo será liderado por Aldo de Cresci e será formado por representantes da CNA, Associação Mineira de Silvicultura (AMS), Sociedade de Investigações Florestais (SIF), Associação Baiana de Empresas de Base Florestal (ABAF), Secretaria de Política Agrícola (SPA/Mapa), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Associação dos Produtores de Mudanças Florestais (ABPMF).

**Bancada ruralista contabiliza 72 votos a favor do impeachment de Dilma.
Cristiano Zaia - Valor Econômico. 05/04/2016.**

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mais conhecida como bancada ruralista do Congresso Nacional, registrou em sua tradicional reunião de terça-feira um placar muito desfavorável à batalha da presidente Dilma Rousseff para se manter à frente do cargo. Dos 86 parlamentares que comparecem frequentemente aos encontros da bancada, 72 declararam hoje serem a favor do impeachment. Outros três se posicionaram contra o impedimento e 11 estão indecisos.

Há algumas semanas, a bancada já havia apoiado formalmente o impeachment da presidente, seguida de várias entidades do agronegócio que questionam a capacidade de o governo promover um processo de recuperação da economia política em meio às turbulências políticas de Brasília.

“A esmagadora maioria dos deputados e senadores da FPA são a favor do impeachment e também estamos afastados da ministra Kátia Abreu”, diz ao **Valor** o presidente da FPA, deputado Marcos Montes (PSD-MG).

O **Valor** também apurou que 21 das 27 federações de agricultura e pecuária ligadas à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) se posicionaram nesta terça-feira a favor do impeachment de Dilma, em videoconferência com o presidente da entidade, João Martins.

Martins deve conceder uma entrevista coletiva à imprensa amanhã e promete um “posicionamento dos produtores diante do agravamento da crise política e econômica do país”, conforme nota da CNA.

**Prazo estabelecido para inscrição no CAR pode prejudicar agricultores. FETRAF.
05/04/2016.**

Prazo para fazer Cadastro Ambiental Rural acaba em 30 dias

Por uma exigência da Lei 12.651/2012 do novo Código Florestal, todo posseiro ou proprietário de imóveis rurais no país tem até o dia 5 de maio para realizar a inscrição no Cadastro Rural Ambiental (CAR).

De acordo com o último boletim divulgado pelo Serviço Florestal Brasileiro há 397.836.864 hectares passíveis de cadastro. Há 30 dias do término do prazo, foram cadastradas 67,58% de áreas, o equivalente a 268.863.661 hectares de terras. Faltam ainda 32,42% de áreas a serem cadastradas, ou seja, 128.973.203 hectares.

Prazo Apertado

Para a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF/BRASIL), o governo deveria prorrogar o prazo, uma vez que não há tempo hábil para cadastrar as 32,42% de áreas restantes. O coordenador geral da entidade, Marcos Rochinski, conta que durante o processo de construção do novo Código Florestal realizado em conjunto com várias organizações do setor, foi estabelecido por lei que os agricultores familiares possuiriam benefícios diferenciados em relação aos demais agricultores.

“A nossa preocupação é que se não houver uma prorrogação do prazo, os agricultores que não tiverem tempo suficiente para realizar o cadastro até o dia 5 de maio serão penalizados com a perda desses benefícios conquistados e previstos em lei. Por esse motivo que reivindicamos essa prorrogação, para que todos os agricultores do país possam ser contemplados com o que está previsto dentro do Código Florestal”, avalia.

O pior desempenho foi no Sul, até o mês de fevereiro a região cadastrou apenas 35,67% de sua área total. Em seguida vem a região Nordeste que cadastrou até o mesmo período, 38,45%. As regiões Centro Oeste e Sudeste possuem 65,56% e 67,41% de áreas cadastradas, respectivamente. A região Norte aparece como a mais avançada no processo com 83,93% de áreas cadastradas.

O coordenador de Políticas Agrícolas da FETRAF/BRASIL, Celso Ricardo Ludwig, explica que dificuldades como o atraso na disponibilização dos mapas realizado em 2014 impediram a agilidade do processo de cadastramento dos imóveis. “Há também questões como a falta de capacitação dos sindicatos e órgãos, falta de estrutura, equipamentos e profissionais, além da falta de informação dos agricultores que agem com muita desconfiança em relação ao cadastro”, afirma.

CAR

Todas as propriedades ou posses rurais devem ser inscritas no CAR, independentemente da situação de suas terras: com ou sem matrícula, registros de imóveis ou transcrições. O intuito do CAR é a regularização ambiental, e não a regularização fundiária. O CAR é gratuito, ou seja, não é preciso pagar nenhuma taxa para cadastrar a propriedade. Quem não realizar o cadastramento ficará de fora das políticas públicas federais, a partir de 2017.

CNA defende impeachment de Dilma e critica Katia Abreu. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 06/04/2016.

Após se manifestar recentemente contra o governo, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) decidiu se declarar abertamente favorável ao impeachment da presidente Dilma Rousseff. E prometeu mobilizar agricultores em manifestações a favor do afastamento da presidente no dia em que o plenário da Câmara votar pelo andamento do processo de impeachment.

Em coletiva de imprensa nesta quarta-feira, na companhia de quatro presidentes de federações de agricultura e pecuária, o presidente da CNA, João Martins, fez uma defesa dura do “afastamento da presidente”. E de maneira cautelosa criticou a permanência de Kátia Abreu no Ministério da Agricultura, ao afirmar que ela se distanciou dos produtores rurais quando optou por defender o governo.

O Valor apurou que federações ligadas à CNA cogitam uma grande mobilização com o uso de tratores e produtores rurais em frente ao Congresso na votação do impeachment na Câmara, marcada para o dia 17 de abril.

“Diante das pressões de produtores, suas associações e seus sindicatos rurais, que aumentaram bastante nos últimos dias, a CNA convocou suas federações e quase por unanimidade decidimos apoiar o afastamento da presidente Dilma, porque ela não está se mostrando capaz de tocar um projeto de recuperação da economia brasileira”, disse Martins.

Das 27 federações de agricultura vinculadas à CNA, a única que se mostrou contra o impedimento da presidente Dilma foi a federação de Tocantins, Estado de influência política de Kátia Abreu, por onde ela foi reeleita senadora em 2014. Uma fonte da CNA diz que 21 federações se posicionaram a favor do impeachment, em reunião colegiada ontem - o restante delas se absteve de votar.

Para o presidente da CNA, que assumiu a entidade com a ida de Kátia para o Ministério da Agricultura no ano passado, mesmo que Dilma seja vitoriosa da batalha contra o impeachment, o governo não terá condições de promover as mudanças necessárias na economia. Ele avalia que Dilma contaria com uma base de sustentação em torno de apenas um terço dos parlamentares do Congresso Nacional.

“O Brasil não vai parar, o produtor não vai colocar os tratores dentro das garagens, mas estamos começando a ver que mesmo com a nossa capacidade de disputar nos mercados interno e externo, o mercado consumidor está demandando menos e isso afeta nossa produção”, disse Martins.

Segundo ele, o estopim para que a CNA declarasse apoio ao impeachment deve-se a uma declaração feita no Palácio do Planalto por um dirigente da Contag, entidade sindical que representa os trabalhadores rurais, que defendeu a invasão de propriedades

rurais de parlamentares da bancada ruralista em protesto ao processo de impedimento de Dilma no Legislativo.

Em outra frente, Martins também explicou que o setor do agronegócio vem se descolando da ministra Kátia Abreu, que presidiu a CNA por oito anos antes de ingressar no governo. Ele preferiu não comentar a situação política de Kátia, que insiste em permanecer no governo, mesmo após seu partido desembarcar da base governista.

“A ministra optou em ficar do lado do governo, ela é política, a CNA não é política, estamos defendendo a posição de produtores”, disse. “Mas ela automaticamente se distanciou do produtor rural, quando optou por defender um governo que cada dia mais está se desintegrando.”

Kátia Abreu

Em resposta à decisão da CNA, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, disse não concordar com a posição da entidade.

Kátia Abreu presidiu a CNA por oito anos antes de se tornar ministra. Com a crise política que assola o país, ela tem enfrentado dificuldade de controlar sua base de sustentação política entre as entidades representativas do agronegócio e as próprias federações de agricultura e pecuária vinculadas à Confederação.

“Embora não concorde, a ministra respeita a posição da CNA, uma entidade de classe independente, e da qual está licenciada da presidência”, disse o ministério em resposta aos questionamentos do Valor. “E portanto, não pode interferir nas decisões da Confederação”, concluiu.

O Valor apurou que, caso decida entregar seu cargo de ministra como recomendou seu partido, o PMDB, Kátia Abreu teria grandes dificuldades de reassumir a presidência da CNA. A grande maioria das federações critica a ministra por continuar defendendo a presidente Dilma, num momento em que praticamente todo o setor do agronegócio se posiciona contrário ao governo da presidente e à sua continuidade.

Reservadamente, porém, Kátia tem dito a pessoas próximas que achou correta a postura da CNA contra as declarações feitas por um dirigente da Contag, entidade sindical que representa os trabalhadores rurais, na semana passada. Em cerimônia no Palácio do Planalto, o representante sindical defendeu a invasão de propriedades rurais de parlamentares da bancada ruralista em protesto ao processo de impedimento de Dilma no Legislativo.

CNA decide apoiar o movimento em favor do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff. CNA. 06/04/2016.

O Brasil está vivendo uma gravíssima crise econômica originada por reiterados erros de política econômica e pelo colapso fiscal promovido pela ação do atual governo.

A única saída para a recuperação do equilíbrio fiscal e para a retomada do crescimento econômico é a aprovação pelo Congresso Nacional de reformas que requerem a formação de amplas maiorias legislativas e grande consenso político.

Como resposta à crise política, o governo federal mobiliza para sua defesa apenas organizações radicais e minoritárias da sociedade, aprofundando divisões e separando as pessoas. Em recente ato político realizado no Palácio do Planalto, diante da presidente da República, um dirigente da Contag defendeu abertamente a invasão de propriedades rurais, incitando a violência como recurso de pressão política.

Posteriormente o próprio ministro da Justiça, a quem caberia o resguardo dos direitos fundamentais e da ordem pública, aprovou expressamente as palavras do dirigente sindical, considerando-as uma reação legítima. O governo da presidente Dilma Rousseff dá seguidas mostras de não reconhecer nem compreender a verdadeira natureza dos problemas que afligem o País, nem revela disposição de enfrentá-los.

Diante de tudo isto fica cada vez mais claro que a presidente da República não tem mais a autoridade política para liderar o processo de reformas nem a capacidade de voltar a unir os brasileiros.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), diante da manifestação dos representantes dos produtores rurais em todo o País e em consonância com a sociedade brasileira, decide apoiar o movimento em favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff, conforme prevê a Constituição Federal e o Estado Democrático de Direito.

CNA anuncia apoio ao impeachment da Presidente Dilma Rousseff e defende pacto nacional para retomada do crescimento do País. CNA. 06/04/2016.

O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, anunciou, nesta quarta-feira (06/04), o apoio da entidade à aprovação do impeachment da presidente Dilma Rousseff pelo Congresso Nacional. A decisão, segundo ele, foi tomada após reunião com as federações de agricultura e pecuária dos Estados, diante do agravamento da crise política e econômica e de manifestação recente, em solenidade no Palácio do Planalto, de um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) incitando a violência no campo por meio de invasão de propriedades rurais, na presença da presidente Dilma.

“A presidente não está se mostrando capaz de unir a sociedade para um grande pacto de recuperação da economia”, justificou. O apoio ao impeachment também foi agravado pelas declarações do ministro da Justiça, Eugênio Aragão, que defendeu a posição do dirigente da Contag, Aristides Santos. “Um ministro que deveria manter a ordem não

pode apoiar a desordem. Não poderíamos ficar inertes diante da incitação à desordem no campo, provocando insegurança jurídica e instabilidade institucional no país”, completou Martins. Ele informou que a Confederação estuda medidas judiciais contra a Contag.

Martins relatou que, em alguns estados, mais de 100 propriedades foram invadidas em razão do estímulo à violência no meio rural. Este quadro foi acentuado pelo fato de a maioria das decisões judiciais pela reintegração de posse não estarem sendo cumpridas pelos governos estaduais.

Para João Martins, a CNA é uma entidade que sempre pautou suas decisões pelo equilíbrio, sem precipitações. No seu entender, contudo, a deterioração da economia brasileira, com a perda do poder de compra da população, afetará a produção do setor agropecuário “ainda superavitário, mas que, mantendo-se o cenário atual, poderá até mesmo terminar 2016 com números negativos”. A previsão da CNA para o ano agrícola é ainda de um Produto Interno Bruto (PIB) de 0,6%, número modesto se comparado com o comportamento da agropecuária brasileira nos últimos anos.

Na avaliação do presidente da CNA, “a queda do consumo da população afetará diretamente o setor agropecuário”. Apesar de formalizar o apoio ao impeachment, João Martins ressaltou que “a relação institucional com o governo continuará, mantendo-se as discussões sobre o plano agrícola e pecuário, a renegociação de dívidas e outras demandas do setor”. “O produtor rural não pode parar. Ele não vai pegar seu trator e estacionar na garagem. Vamos continuar defendendo as propostas e as soluções para o setor”, destacou.

SDA cria grupos de trabalho para Olimpíadas e peste suína clássica. Cláudia Lafeté - MAPA. 06/04/2016.

Medidas estão no Diário Oficial da União desta quarta-feira (6)

A Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) criou dois grupos de trabalho, de acordo com portarias publicadas nesta quarta-feira (6) no Diário Oficial da União. Um deles tem a finalidade de oferecer subsídios técnicos e operacionais durante os Jogos Olímpicos Rio 2016 e viabilizar o cumprimento das normas fitossanitárias. O outro grupo é responsável pela elaboração de proposta estratégica para erradicação da peste suína clássica.

“O Grupo de Trabalho Olimpíadas SDA vai estar vigilante a qualquer eventualidade que possa acontecer durante os Jogos Olímpicos. Precisamos estar preparados para reagir com rapidez, caso haja algum problema”, diz o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Luis Rangel.

O grupo é formado seis representantes do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), Departamento de Saúde Animal (DAS) e Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários (DFIP).

De acordo com o diretor do DSA, Guilherme Marques, a criação do grupo de trabalho para estabelecer a estratégia de erradicação da peste suína terá como foco Alagoas, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte. Esses oito estados ainda não têm reconhecimento como zona livre da doença. “Essa é mais uma etapa do programa, para que futuramente o país possa ser totalmente reconhecido como livre da peste suína”, destaca Marques.

Para suas reuniões, o grupo de trabalho sobre a peste suína poderá convidar representantes de outras áreas do Mapa, integrantes do Comitê Científico Consultivo do Programa Nacional de Sanidade Suídea e especialistas de entidades públicas ou privadas.

Suspeitos da "máfia da merenda" no Estado de São Paulo são soltos. Valor Econômico. 07/04/2016.

Mais dois dos sete presos na 2ª etapa da [operação Alba Branca](#), que apura o pagamento de propina em contratos superfaturados de merenda com o governo de Geraldo Alckmin (PSDB) e prefeituras paulistas, foram soltos na noite de ontem, quarta-feira.

Após nove dias presos, deixaram a prisão temporária Sebastião Misiara, presidente da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (Uvesp), e Emerson Girardi, ex-vendedor da Coaf, cooperativa com sede em Bebedouro (a 381 quilômetros de SP) apontada como responsável pelo esquema conhecido como máfia da merenda, investigado pela operação.

Eles prestaram depoimento à polícia e, em seguida, foram liberados. No dia anterior, já tinha saído Aluisio Girardi, primo de Emerson. Ambos são sobrinhos de Misiara. Eles negam envolvimento com o esquema.

Todos estavam presos desde o último dia 29, quando foi deflagrada a segunda fase da operação.

Com isso, resta apenas um preso, que deve ser ouvido nesta quinta-feira pela Polícia Civil de Bebedouro. É Joaquim Geraldo Pereira da Silva, cujo prazo de prisão temporária vence nesta quinta-feira.

Visto como lobista suspeito de intermediar contratos e emitir por meio de sua empresa notas fiscais falsas, ele também nega elo com o grupo. O depoimento ocorrerá à tarde, no 1º DP (Distrito Policial) de Bebedouro.

Além dos soltos nesta semana, outros três presos na segunda etapa da operação já foram liberados: o ex-presidente da Assembleia Legislativa Leonel Julio, Carlos Eduardo da

Silva, que era sócio-diretor da Coaf e funcionário da Casa da Agricultura de Monte Azul Paulista, e Luiz Carlos da Silva Santos, que disse em depoimento na última semana que a cooperativa emprestava um veículo para um ex-assessor do deputado Fernando Capez (PSDB), presidente da Assembleia Legislativa.

Devido à citação, o depoimento prosseguiu no dia seguinte, acompanhado por dois procuradores designados pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Delação

Dos sete presos na 2ª etapa, dois fecharam acordo de delação premiada, segundo membros da Alba Branca.

O lobista Marcel Julio, filho do ex-presidente da Assembleia, que estava foragido desde a primeira fase da operação e se entregou, também disse que faria delação, negociada com a Procuradoria-Geral de Justiça. Ele é visto como elo entre a Coaf, a Assembleia, o governo tucano e Prefeituras.

Na última sexta-feira, dia 1º, o lobista disse ter aceitado acordo de delação premiada e mencionou à Polícia Civil a ligação de políticos com foro privilegiado no caso. Após depoimento de quatro horas, foi transferido às pressas para São Paulo na tarde do mesmo dia, para ser ouvido pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Manifestação

Nesta quarta-feira, um protesto na capital de alunos secundaristas que pedem a investigação da máfia da merenda foi dissipado por policiais militares, que utilizaram bombas de gás lacrimogêneo.

A PM informou que alguns estudantes foram detidos, mas não soube dizer quantos e nem por quê. As ocorrências foram registradas no 3º DP. Os alunos presentes afirmaram saber apenas de um estudante preso.

Além de pedir a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar desvios no caso das merendas escolares, os alunos também protestavam contra o governo do Estado, que determinou o calendário de votações dos grêmios de colégios estaduais.

Sindicato dos produtores rurais de Conceição, na Paraíba, é reinaugurado com palestras para os participantes. CNA. 07/04/2016.

A cerimônia aconteceu na manhã do último sábado (2) na sede do sindicato, que fica na cidade de Conceição, na Paraíba, e contou com a presença de aproximadamente cinquenta pessoas, entre elas convidados e produtores rurais. A programação do evento contou com a participação de palestrantes, artistas da região, do presidente do Sistema

FAEPA/SENAR-PB, Mário Borba e do superintendente do Senar Paraíba, Sérgio Martins.

As palestras tiveram como temas as questões do endividamento rural e Cadastro Ambiental Rural (CAR), assuntos atuais da realidade dos produtores rurais. Os temas foram abordados por Edvaldo Brito, assessor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e de Gabriel Petelinkar, chefe do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) do Senar Paraíba, respectivamente. Ainda durante a manhã, houve apresentação cultural do poeta da região, Jonas Andrade, que dedicou suas músicas em apresentação no Sindicato rural, homenageando os produtores rurais.

Segundo o presidente do Sistema FAEPA/SENAR-PB, Mário Borba, a meta da Federação é organizar eventos e palestras que reúnam os produtores rurais para discutir assuntos que sejam do interesse do setor agropecuário. “Temos que alinhar o discurso com a maior quantidade de produtores, ajudando-os em relação aos procedimentos, prazos, dificuldades e incentivando o cooperativismo”, disse Borba.

A nova diretoria foi empossada em março de 2015 com mandato até 2018. A chapa é composta pelo presidente Vicente Oliveira Fernandes, vice-presidente Gilvandro Ramalho, 1º e 2º secretários, Nelson Lacerda e João Manoel de Oliveira, e 1º e 2º tesoureiros Manoel Fernandes e Pedro Ferreira, que junto ao conselho fiscal trabalham em favor dos produtores da região. Para o presidente do Sindicato dos produtores rurais de Conceição-PB, Vicente Oliveira, a presença do público no evento mostra o quanto o setor é prestigiado na região. “Os temas das palestras foram muito pertinentes para os produtores, pois eles estão inseridos nesse contexto, enfrentando dificuldades para realizar o CAR, por exemplo. Precisamos movimentar cada vez mais os Sindicatos com estas iniciativas”, disse.

No domingo (3), o Sindicato apoiou a Cavalgada dos fazendeiros e vaqueiros Afavapi que teve participação de aproximadamente 500 pessoas presentes, contando com 250 cavaleiros, que saíram de Conceição, passando por Sítio Lagoinha, Sítio Condado, Distrito Cachoeira dos Carvalhos, com uma parada para almoço na propriedade do antigo presidente do Sindicato de Conceição, Gilvan Ramalho, e seguindo em direção ao Celeiro Campestre Clube, onde ocorreram apresentações culturais de grupos de forró da região. A festividade contou com a premiação de categorias como a rainha dos vaqueiros, o vaqueiro mais velho, o mais novo, o animal machador e o animal mais bonito da festa.

Sobre o Sistema FAEPA/SENAR-PB: O Sistema é composto pela Federação da Agricultura e Pecuária da Paraíba e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do estado. Juntos fornecem suporte para o desenvolvimento sustentável da agropecuária e representam os interesses educacionais, sociais e políticos dos produtores rurais de toda Paraíba. A FAEPA é uma das 27 entidades sindicais que integram a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Como representante do homem do campo, coloca seu corpo técnico a serviço da competitividade da agropecuária, da segurança

jurídica e da valorização do meio rural. Já o Senar é uma instituição de direito privado, paraestatal, mantida pelo setor produtivo e que trabalha em prol da capacitação e educação no meio rural, através de cursos, treinamentos e assistência técnica.

Mapa contrata consultores especialistas em aquicultura. Fernanda Tallarico – MAPA. 07/04/2016.

Contratos são de 11 meses. Interessados podem se inscrever por meio eletrônico

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), por meio do Projeto UTF/BRA/084/BRA, divulgaram edital para contratação de Consultor Especialista em Gestão de Projetos de Cooperação Técnica, Consultor Técnico Especialista em Aquicultura em Águas da União I, Consultor Técnico Especialista em Aquicultura em Águas da União II, Consultor Técnico Especialista em Aquicultura em Águas da União III, Consultor Técnico em Aquicultura, Consultor Técnico Especialista em Aquicultura II, Consultor Técnico Especialista em Prospecção de Aquicultura no Parque Indígena Xingu e Consultor Técnico Especialista em Análise Socioeconômica. Ao todo são oito vagas e os candidatos deverão verificar os prazos de inscrição e apresentação de currículos, que pode ser até 7 ou 10 de abril de 2016, dependendo da vaga. O contrato é de 11 meses.

Para o cargo de Consultor Especialista em Gestão de Projetos de Cooperação Técnica, o interessado deverá ter como requisitos obrigatórios: graduação em Administração de Empresas, Economia ou áreas correlatas; pós-graduação em Gestão Sustentável em Área Ambiental; experiência comprovada de no mínimo 12 anos em elaboração, coordenação, gestão, e/ou execução de projetos com Organismos Internacionais; experiência comprovada de no mínimo 2 (dois) anos em contratação, avaliação e gestão de consultores em Projetos de Cooperação com Organismos Internacionais; experiência comprovada de no mínimo 2 (dois) anos em processos licitatórios e cartas de acordo em Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais; e experiência comprovada de no mínimo dois (2) dois anos em capacitação de equipes para gestão de Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais. Inscrições até 07 de abril de 2016.

Para o cargo de Consultor Técnico Especialista em Aquicultura em Águas da União I, o interessado deverá ter como requisitos obrigatórios: graduação em Biologia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Oceanografia, Engenharia de Pesca ou Aquicultura; Doutorado em Aquicultura ou áreas afins; e no mínimo oito anos de experiência comprovada como profissional em aquicultura. Inscrições até 10 de abril de 2016.

Para o cargo de Consultor Técnico Especialista em Aquicultura em Águas da União II, o candidato deverá ter como requisitos obrigatórios: graduação em Biologia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Oceanografia, Engenharia de Pesca ou Aquicultura ou áreas

afins; e no mínimo oito anos de experiência comprovada como profissional em aquicultura. Inscrições até 10 de abril de 2016.

Para o cargo de Consultor Técnico Especialista em Aquicultura em Águas da União III, o candidato deverá ter como requisitos obrigatórios: graduação em Biologia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Oceanografia, Engenharia de Pesca ou Aquicultura ou áreas afins; e no mínimo oito anos de experiência comprovada como profissional em aquicultura. Inscrições até 10 de abril de 2016.

Para o cargo de Consultor Técnico em Aquicultura, o candidato deverá ter como requisitos obrigatórios: graduação em Ciências Biológicas, Engenharia de Pesca, Zootecnia ou Engenharia de Aquicultura; experiência comprovada de no mínimo oito anos na área de aquicultura, projetos e/ou empreendimentos aquícolas; experiência comprovada de no mínimo um ano, por meio de contratos de consultorias, em Organismos Internacionais, na área temática de pesca e/ou aquicultura; e publicação de material didático com o tema relacionado na área e afins. Inscrições até 10 de abril de 2016.

Para o cargo de Consultor Técnico Especialista em Aquicultura II, o candidato deverá ter como requisitos obrigatórios: graduação em Biologia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Oceanografia, Engenharia de Pesca ou Aquicultura ou áreas afins; e no mínimo oito anos de experiência comprovada como profissional em aquicultura. Inscrições até 10 de abril de 2016.

Para o cargo de Consultor Técnico Especialista em Prospecção de Aquicultura no Parque Indígena Xingu, o candidato deverá ter como requisitos obrigatórios: graduação em Biologia, Zootecnia, Medicina Veterinária, Oceanografia, Engenharia de Pesca ou Aquicultura, Gestão Ambiental ou áreas afins; e no mínimo cinco anos de experiência em aquicultura. Inscrições até 10 de abril de 2016.

Para o cargo de Consultor Técnico Especialista em Análise Socioeconômica, o candidato deverá ter como requisitos obrigatórios: graduação em Ciências Sociais ou Ciências Humanas ou áreas afins; Mestrado em Desenvolvimento Rural ou áreas afins; e no mínimo de cinco anos de experiência em trabalhos que envolvam povos e comunidades tradicionais, ribeirinhos, agricultores familiares. Inscrições até 10 de abril de 2016.

A capacitação para a incerteza. José Graziano – Valor Econômico. 08/04/2016.

A interação entre as forças da natureza e a luta pela sobrevivência humana nunca foi propriamente uma zona de conforto na trajetória da civilização.

Boa parte do nosso rico mosaico de culturas resultou da busca de abrigo, adaptação e autossuficiência em relação aos imperativos naturais. A necessidade marcou a evolução,

a inteligência, a criatividade num processo de tentativa e erro, misto de respeito, medo, dominação e dependência em relação ao entorno desafiador.

O que há de novo em nosso tempo é a perspectiva de acentuação dessas tensões, quando visões progressistas diziam que o avanço tecnológico libertaria definitivamente a humanidade da intrínseca instabilidade do mundo natural.

A reunião da FAO alertou que será particularmente desastroso baixar a guarda em relação à influência inercial do El Niño, que afetará padrões de temperatura e precipitação, como previsto para o Nordeste e Sul do Brasil nos próximos meses

A intensidade e a frequência cada vez maiores de eventos climáticos extremos, agravados pela incidência de fenômenos cíclicos como El Niño e La Niña, enterram de vez a esperança na panaceia técnica. O Brasil viverá no segundo trimestre de 2016 a reafirmação prática dessa sentença e o governo deve estar preparado para isso.

O agravamento da seca no Nordeste, associado a inundações no Sul do país, pulsa no monitor dos riscos preocupantes dos próximos meses.

A advertência foi feita pela Organização Mundial de Meteorologia em encontro recente promovido na sede da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Embora o pico do El Niño de 2015/2016 tenha passado, a reunião em Roma advertiu que será particularmente desastroso baixar a guarda em relação à sua influência inercial que afetará padrões de temperatura e precipitação, como previsto para o Nordeste e Sul do Brasil nos próximos meses.

O crepúsculo das panaceias é a hora em que a ação pública faz a diferença. O governo brasileiro dispõe de um escudo protetor dos mais respeitados pelos organismos internacionais para agir nesse divisor no sentido de atenuar e reverter, rapidamente, a espiral dos efeitos previstos pela Organização Mundial de Meteorologia.

Programas sociais, bem como políticas de fomento e garantia ao pequeno produtor, podem ser reforçados para impedir que a turbulência natural resulte em desastre humano, colapso econômico e emergência sanitária - como a esboçada agora pela disseminação de casos de zika e dengue.

O país, de qualquer forma, não é a única fronteira vulnerável ao efeito inercial do El Niño.

Desde meados de 2015, uma espiral de secas graves pontilhou a América Central, a região do Pacífico, o Timor Leste, o Vietnã, a Etiópia e a África Austral. Inundações não menos destrutivas engoliram regiões inteiras da Somália e da Tanzânia e, enquanto incêndios florestais incontroláveis ardam na Indonésia, tempestades brutais açoitaram diferentes continentes, como no caso do ciclone Fiji.

Desastres desse calibre irradiam efeitos colaterais persistentes por territórios indivisos, destroem recursos, desestabilizam cadeias produtivas, ademais de penalizarem diretamente os elos mais frágeis das populações atingidas.

Uma vez rompida, a recomposição dessa trama é lenta e penosa, às vezes inatingível

Fome, desnutrição, escassez ou contaminação de água, epidemias geradas por vetores, pragas que devastam rebanhos de difícil recuperação, bem como perdas de colheitas acompanhadas de desertificações de terras agrícolas. Tudo isso, não raro, condensa-se em deslocamentos maciços de populações desprovidas dos seus meios de subsistência, a desenhar uma procissão de desamparo no rastro dos desastres ambientais do nosso tempo.

A força recorde deste El Niño adverte que não estamos diante de um painel de exceção. O que vivenciamos hoje é o repertório intrínseco a uma situação climática na qual se sobrepõem fenômenos cíclicos e impactos da ação humana no ambiente, a liberar uma energia destrutiva superior à soma das partes. Inclua-se aí a ameaça de novos saltos na desigualdade social particularmente ali onde ela já é cortante: nas sociedades pobres e em desenvolvimento.

Se a cooperação internacional não impedir um aumento superior a dois graus Celsius na temperatura do planeta até 2050, como ficou estabelecido no Acordo do Clima, em 2015, esse carrossel desgovernado não cessará.

É nesse ponto que o Brasil avulta como referência global por deter um leque de políticas sociais testadas e aprovadas, que favorecem uma adaptação menos traumática à nova realidade climática. Mais que qualquer outro traço, o combate contínuo à miséria e à fome marcam o século XXI brasileiro. Foi esse escudo que emancipou a sociedade do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas já em 2014.

Em quatorze anos, a redução do número de pessoas desnutridas somou 15,6 milhões, quase 85% do total.

A primeira lição é que o país rompeu com um padrão de descontinuidade em políticas públicas na área da segurança alimentar, elevando o direito à alimentação à condição de direito constitucional e política de Estado, em 2010. A segunda é que a ação focalizada no combate à fome fez-se acompanhar de um amplo arcabouço de iniciativas de fomento à renda e à agricultura familiar. A terceira é que a partir de 2011, o Estado assumiu como meta erradicar a pobreza extrema, o núcleo duro da exclusão social, para onde regrediam os contingentes mais vulneráveis em períodos de crise.

O conjunto criou um cinturão de contrapesos, adicionando resiliência ao processo, ou seja, uma blindagem dinâmica - e institucional - que protege os avanços das recaídas habituais em momentos críticos.

É esse anteparo que dá ao Brasil agora um poder de adaptação maior para enfrentar o rescaldo do El Niño a partir de maio. E mais que isso: uma responsabilidade referencial

na capacitação de outras nações à nova zona de turbulência na relação entre a natureza e a civilização em nosso tempo.

José Graziano da Silva é diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO).

Nota do Condraf em defesa da Democracia. FETRAF. 08/04/2016.

Nota do Condraf em defesa da Democracia

A FETRAF/BRASIL demonstra satisfação em ver um Conselho de desenvolvimento rural manifestando, de forma unânime, em relação ao momento conjuntural pelo qual passa o nosso país.

Cientes da importância do fortalecimento das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar, da reforma agrária e de todas as demais conquistas do setor nos últimos anos, reconhecemos que o Condraf se posiciona claramente contra o golpismo e em defesa da democracia e das políticas conquistadas para o desenvolvimento rural.

NOTA DO CONDRAF EM DEFESA DA DEMOCRACIA

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), colegiado integrante da estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), espaço de concertação e articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar, vem a público se manifestar em defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito.

O cenário político atual, marcado por crescente onda de ódio e intolerância, pela negação do diálogo saudável e plural, pela polarização social artificialmente produzida e fomentada pela imprensa cuja conduta pode ser classificada como irresponsável, temerária, além de misógina, machista e discriminatória, pede cautela e ponderamento. Mas inspira também a defesa clara e diligente das instituições nacionais, da legitimidade do último pleito presidencial, em que mais de 54 milhões de pessoas, 51,64% da população, elegeram Dilma Rousseff como Presidenta da República e, acima de tudo, das conquistas sociais alcançadas após a redemocratização do país.

Essas conquistas são fruto de décadas de luta, que apenas nas duas últimas avançaram com maior eficácia. Entre essas conquistas, destaca-se a participação social efetiva, inclusiva e reconhecida como legítima, inclusive no âmbito do governo. Marco histórico desse processo, a Constituição de 1988 permitiu e apoiou o surgimento de diversos Conselhos no âmbito do Poder Público, o que fez aumentar a força dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil.

Um dos motes da propaganda ideológica feita por parcela conservadora e antidemocrática da elite brasileira aponta a corrupção como a grande mazela social de nossa sociedade e, em especial, do atual sistema político nacional. O Condraf concorda com a relevância do combate à corrupção sistêmica do país, mas vem reforçar que não se trata de fato histórico novo, muito menos de fato histórico isolado da Administração Pública recente.

As origens da corrupção brasileira remontam aos tempos coloniais e à própria estrutura social que se estabeleceu ao longo de séculos no nosso país, de exploração dos mais pobres e excluídos. O Conselho ressalta que foram justamente as últimas Administrações governamentais as que mais deram força e voz ao combate claro e ostensivo à corrupção, com apuração livre e transparente por parte dos órgãos de controle, lançamento da chamada Lei de Acesso à Informação, garantia à liberdade de investigação e garantia do devido processo legal a todos os acusados e acusadas.

O combate à corrupção deve ser feito dentro dos marcos legais, com total respeito às regras estabelecidas, sem privilégios a quaisquer pessoas. Todas são iguais perante a Lei, têm os mesmos direitos e os mesmos deveres. Isso, em Estados democráticos, como o nosso. Em Estados de exceção, a isonomia se esmorece, os mais fracos não têm voz e os privilegiados se beneficiam do silêncio imposto por um aparato burocrático e político forte e desigual, que oprime qualquer pensamento dissonante.

A garantia da realização de uma reforma agrária contundente, eficaz e equitativa é o caminho para a desestruturação de um sistema social injusto, pautado no uso da violência, na repressão e, também, no uso de meios corruptos que perpetuam o status quo e ferem a dignidade de parcela significativa da população. O Massacre de Eldorado dos Carajás, marco histórico das violações aos direitos humanos no campo, é fruto dessa estrutura desigual e sórdida, que precisa ser refundada. O combate à corrupção passa por uma reforma contundente não apenas de nosso sistema político, mas de toda a nossa organização social. Precisamos de um novo Pacto Social, pautado na solidariedade, na equidade e na transparência.

Por tudo isso, o Condraf reafirma seu compromisso com a manutenção e o aprimoramento das políticas públicas hoje voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, solidário e pacífico de nosso país. Tais políticas são conquistas não só para a população do rural brasileiro, mas para o país como um todo. Elas surgiram do diálogo do Estado com a sociedade, e não se pode aceitar qualquer retrocesso nessa forma de construir a política e a nação.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a política de Ater, a Regularização Fundiária no Brasil, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Cisternas, além da elaboração de planos da envergadura do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) e do Plano Nacional de Agroecologia e Produção

Orgânica (Planapo) são só alguns exemplos de políticas públicas que vêm mudando a história do rural no Brasil.

Ainda há muito que avançar, o caminho a percorrer certamente será longo. Mas, na Democracia, ele é mais claro, menos árduo e mais bonito. Um caminho por onde todos e todas percorrem, com liberdade de ir e vir, sem o medo do obscurantismo e do mal inerentes à escuridão da ausência de regras claras e isonômicas.

PTB deve perder controle sobre Conab. Cristiano Zaia- Valor Econômico. 11/04/2016.

Indicado do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), o também goiano Lineu Olímpio de Souza, presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), decidiu colocar seu cargo à disposição da ministra da Agricultura, Kátia Abreu.

Antes de comunicar à ministra, porém, resolveu aguardar seu padrinho político apresentar parecer favorável à continuidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff na Câmara. Jovair é relator da Comissão Especial instalada para definir o futuro de Dilma, enquanto Kátia é um dos ministros mais leais à presidente. O petebista votou contra Dilma e o parecer deve ser votado pela comissão hoje.

Na prática, Lineu antecipou-se à ministra, já temendo que uma demissão viria em breve, após duas exonerações de diretores na companhia, disse uma fonte do governo. O **Valor** apurou, no entanto, que Jovair tem pedido a seus indicados que ocupam postos no governo a ficarem onde estão, até uma segunda ordem.

A ministra disse ao **Valor** que Lineu continua na presidência da Conab, órgão vinculado ao ministério, na condição de demissionário. E que ela não aceitou seu pedido de demissão, uma vez que a diretoria colegiada da autarquia ficaria muito esvaziada após a saída de dois de seus diretores somente na última semana.

Em 31 de março, o diretor de gestão de Pessoas da Conab, Rogério Abdala, ligado ao PMDB e indicado do vice-presidente da República, Michel Temer, teve sua exoneração publicada no "Diário Oficial da União". Sua saída foi avaliada nos bastidores como retaliação a Temer, um dos principais responsáveis pelo desembarque da legenda da base. No dia 6, foi a vez de Roberto Naves, que entregou seu cargo, com a alegação de que sairá para candidato a prefeito de uma cidade do interior goiano.

Por meio da assessoria de imprensa da Conab, Lineu respondeu que apenas teve uma "conversa informal" com a ministra a respeito e que não formalizou seu pedido de demissão.

"O presidente da Conab confirma a conversa com a ministra Kátia Abreu e informa que se sentiu na obrigação de deixar seu cargo à disposição, mas continua na presidência onde entende que ainda pode contribuir", disse a assessoria.

Há seis meses no cargo, Lineu está na Conab desde janeiro de 2014, quando ocupou a diretoria financeira da autarquia. Em novembro do ano passado acabou assumindo a presidência, em substituição a Rubens Rodrigues, que também era indicado de Jovair e ligado ao PTB. Rubens, por sua vez, presidiu a companhia por mais de três anos, mas deixou a função para voltar à Caixa, onde é funcionário de carreira e hoje ocupa o posto de vice-presidente de operações.

Lineu é engenheiro civil de formação e fez carreira política, tendo sido prefeito por oito anos do município goiano de Jaraguá do Sul, no interior do Estado, entre 2004 a 2012.

A Conab conta com um orçamento da ordem de R\$ 3 bilhões, mas, durante o período em que ele está à frente da presidência, a companhia vem padecendo com a crise fiscal e seguidos remanejamentos de recursos para outros órgãos e áreas vinculadas ao Ministério da Agricultura.

Em seu histórico recente, a companhia tem sido alvo de denúncias de aparelhamento político que, não raro, resultam em casos de corrupção e ingerência política. Na autarquia há diretorias ocupadas por PT, PMDB e o próprio PTB. A bancada do partido na Câmara se denomina como "independente" ao governo, mas Jovair mantém influência sobre postos da Conab desde 2011.

Presidente da Conab é exonerado do cargo. Maíra Magro – Valor Econômico. 11/04/2016.

O governo exonerou Lineu Olímpio de Souza, do PTB, do cargo de presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Souza é engenheiro civil e ex-prefeito de Jaraguá (GO).

Com a saída de Souza, o PTB perde o controle da Conab, que mantinha desde o começo do governo da presidente Dilma Rousseff.

O decreto de exoneração, publicado nesta segunda-feira, 11, no “Diário Oficial da União” (DOU), diz que a saída ocorreu a pedido dele. O ato é assinado por Dilma e pela ministra da Agricultura, Kátia Abreu.

Na semana passada, o governo também exonerou Roberto Naves e Siqueira da diretoria administrativa, financeira e de fiscalização da Conab. Segundo o DOU, a saída foi a pedido do próprio Siqueira, que havia sido indicado ao cargo pelo relator do processo de impeachment contra Dilma na Câmara, deputado Jovair Arantes (PTB-GO).

Dnocs

Também foi publicada no DOU desta segunda a exoneração de Glauco Rogério de Araújo Mendes do cargo de diretor de Infraestrutura Hídrica do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), vinculado ao Ministério da Integração Nacional.

Na semana passada, outra mudança tirou o órgão das mãos do PMDB para entregá-lo ao PP, com a nomeação do novo diretor-geral, Antonio Iran Costa Magalhães.

No mesmo ministério, Carlos Gardel Ribeiro foi exonerado do cargo de diretor de Planejamento e Avaliação da Superintendência do Desenvolvimento. Os decretos foram assinados por Dilma e pelo ministro Gilberto Occhi. Para o cargo de secretário de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, foi nomeado Glauco Rogério de Araújo Mendes.

O DOU também traz mudanças no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Patrícia Carneiro Costa foi exonerada do cargo de diretora de Administração. Renilda Peres de Limas foi nomeada em seu lugar. Para a diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais foi nomeado Tiago Lippold Radunz.

CMN eleva limite de crédito de custeio para retenção de matrizes suína. Cristiano Zaia- Valor Econômico. 11/04/2016.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou hoje, em sessão extraordinária, uma ampliação do limite de crédito para retenção de suínos a que cada criador terá direito. A linha de crédito, que conta com recursos do Plano Safra, passa a contar com limite de R\$ 2,4 milhões, contra os R\$ 1,2 milhões anteriormente vigentes.

A medida, porém, vale somente até 30 de junho deste ano. Portanto, até o fim do calendário agropecuário nacional.

Na semana passada, o secretário substituto de política agrícola do Ministério da Agricultura, Marcelo Cabral, informou que a Pasta propusera ao governo que ampliasse o limite de crédito na tentativa de apoiar produtores de suínos.

Em nota, o Ministério da Fazenda informou que "a medida visa a apoiar os suinocultores que estão passando por dificuldades em função do aumento do custo da ração, afetado pela valorização do milho, e da queda das exportações de carne suína.

Para 'modernizar' Conab, ministra diz que fará cortes. Cristiano Zaia- Valor Econômico. 11/04/2016.

Com a necessidade de mostrar que sua pasta está funcionando e não foi completamente tragada pelas crises política e fiscal que assolam o governo, a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, resolveu dar início a uma série de medidas de ajustes na gestão do ministério, começando pelo que chama de "modernização" da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). As novas regras seriam divulgadas na semana passada, mas a ministra resolveu adiar o anúncio.

Em entrevista ao **Valor**, Kátia Abreu disse que nesta semana serão publicadas várias portarias internas da autarquia, que juntas podem representar uma economia de R\$ 42 milhões por ano com gastos de custeio com servidores, nos contratos com terceiros e com a extinção de superintendências regionais.

Algumas dessas medidas já estão em vigor desde a semana passada e suspendem por seis meses o direito a horas-extras e licenças-prêmio (folgas) de servidores. Além disso, revogam um benefício que funcionários tinham que permitia cinco dias de folga por ano por "assuntos particulares". A partir de agora, apenas o presidente da companhia pode autorizar esses gastos.

Uma outra norma já publicada suspende pelo mesmo período todas as licitações de obras e serviços que hoje são feitas pelas 27 superintendências regionais da Conab de maneira descentralizada. Juntas, essas quatro novas regras significam uma economia de R\$ 29 milhões anuais. "Queremos modernizar a companhia, não é para desmanchar, acabar com a Conab. Queremos mostrar que o ministério está funcionando", afirmou a ministra.

Uma das mudanças em curso visam extinguir custos da companhia com o cadastramento de armazéns públicos e privados de alimentos e produtos agrícolas em geral. Hoje, a Conab mantém uma estrutura com deslocamento e despesas de fiscais que geram despesas de R\$ 350 mil nesse processo de cadastramento.

"Estamos mudando esse sistema de cadastramento, que vai ser automático agora, sem despesas para a Conab nem para os usuários dos armazéns que também tinham que pagar taxas", explicou Kátia Abreu.

Além de sua imagem não raro ter sido associada a escândalos de corrupção e ingerências políticas que envolveram servidores e indicados para cargos de confiança no passado, a Conab também acumula gastos excessivos com 9,6 mil processos na Justiça, dos quais cinco mil trabalhistas e 4,6 mil na área cível. Além de casos folclóricos envolvendo sua folha de pagamento, que incluem, por exemplo, funcionários da área de limpeza que recebem R\$ 15 mil mensais na região Nordeste do país.

A ministra informou que já foram encerrados contratos com consultoria jurídica em regionais da Conab de 10 Estados, que devem economizar R\$ 980 mil por ano. Outras medidas incluem a implementação de sistemas de ponto eletrônico e de videoconferência nas unidades da companhia e redução de gastos com tecnologia Voip de telefonia e impressão de documentos - foram gastos R\$ 8 milhões com impressoras e papel no ano passado pela autarquia.

Kátia Abreu tenta promover essas mudanças na Conab ao mesmo tempo em que vive um dilema político: permanecer ou acompanhar seu partido, o PMDB, que desembarcou do governo e recomendou a todos os ministros da legenda que entregassem seus cargos até 12 de abril.

Nesse cenário conturbado, o atual presidente da Conab, Lineu de Souza, colocou seu cargo à disposição de Kátia, depois que o deputado federal Jovair Arantes (PTB-GO), seu padrinho político, apresentou um parecer favorável ao impeachment da presidente Dilma Rousseff em comissão especial da Câmara.

Clima reduz safra, e preço do feijão sobe. Fernanda Pressinott – Valor Econômico. 12/04/2016.

O excesso de chuvas nos Estados do Sul do país nos últimos meses, provocado pelo fenômeno climático El Niño, prejudicou a primeira safra de feijão da região e, consequentemente, os preços domésticos do grão carioquinha registraram em março altas de quase 30% em relação ao mesmo mês do ano passado. Para agricultores que não perderam a produção, está sendo uma oportunidade para "tirar o pé da lama", como afirmou um deles ao Valor.

No Paraná, que lidera a produção nacional, estimativa do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria da Agricultura indica que as intempéries reduziram a colheita em 15% - das 335 mil toneladas esperadas inicialmente para 286 mil. "Chuvas desde agosto dificultaram a semeadura e o manejo e postergaram a colheita de verão. Com isso, os feijões ficaram prejudicados, com a qualidade bem comprometida", afirmou Carlos Alberto Salvador, agrônomo do Deral. Em Guarapuava, no centro-sul paranaense, a quebra chegou a 39%; em Francisco Beltrão, no sudoeste, chegou a 27%.

Segundo ele, o excesso de chuvas derrubou flores e vagens, e erosões ocorridas em muitas lavouras "fizeram com que a germinação acontecesse dentro do próprio pé de feijão, que perdeu seu valor comercial".

No âmbito nacional, a situação é ainda mais preocupante porque a área plantada com a leguminosa na temporada de verão desta safra 2015/16 já havia sido menor, em boa medida graças ao avanço da soja. Conforme a Conab, 1,013 milhão hectares foram destinados ao feijão na primeira safra no país, 3,8% a menos do que no ciclo 2014/15. No Paraná, por exemplo, o decréscimo foi de 6,5%, para 180,1 mil hectares. Em Minas, segundo maior Estado produtor, foi de 7,9%, para 146,6 mil hectares. E no Rio Grande do Sul chegou a 22,5%, para 43,5 mil hectares.

Nesse contexto, os preços do produto começaram a subir já em outubro. Em março, com a "ajuda" dos problemas climáticos, a saca de 60 quilos da variedade "cores" (que inclui o carioquinha) foi negociada, em média, por R\$ 182,80 no Paraná, 29,2% mais que no mesmo mês de 2015. Já o feijão preto teve alta de 17,2% em igual comparação.

Na bolsinha de São Paulo, a saca do feijão carioquinha extra nota 9,5 chegou a R\$ 242,50 no mês passado, mas com poucas negociações. E, hoje, "não se encontra feijão nota 9, apenas de qualidade nota 7 ou 8 - e é esse que a indústria tem que comprar", segundo Mahal Terra, analista da consultoria Safras & Mercado. A variedade 7 está cotada a R\$ 145, em média. O feijão preto saiu por R\$ 182,50, em média, em março na bolsinha. Para se ter ideia, o preço mínimo estabelecido pelo Conselho Monetário

Nacional (CMN) para a saca do cores neste ciclo 2015/16 foi de R\$ 78; para o feijão preto, o valor ficou em R\$ 87.

Alguns produtores até pensaram em segurar as vendas à espera de novas altas, mas os valores atuais já são tão remuneradores que a estratégia não ganhou corpo. "Eu quase fiquei milionária", brinca Roseli Karling, produtora de Guarupava. Ela plantou 330 hectares em setembro, ao perceber que seus vizinhos iriam todos se dedicar à soja. Deu certo. "Quem tem feijão, virou rei", diverte-se. Roseli perdeu 20% da produção devido ao excesso de chuva, mas agora, conforme avança a colheita, fecha negócios a preços bem elevados. Recentemente, comercializou mil sacas a R\$ 240 cada, ante R\$ 90 no mesmo período do ano passado.

De acordo com a produtora, apesar da umidade os grãos que tem colhido estão com boa qualidade - nota 8,5 para tamanho e 9,5 para cor. Segundo o Deral, 82% da colheita de feijão de verão do Paraná foi negociada até março passado, ante 87% do mesmo período de 2014/15.

Os bons preços deverão durar apenas até junho, calcula Terra, da Safras & Mercado, porque a colheita da segunda safra já começou e, ao que tudo indica, o rendimento está satisfatório. Conforme a Conab, a área plantada na segunda safra chega a 1,35 milhão de hectares, 2,2% mais que em 2014/15. Ainda haverá a terceira safra, que é concentrada no Nordeste e considerada residual.

"Não haverá desabastecimento nem impacto forte na inflação, mas os produtores podem e vão continuar tendo meses rentáveis com o grão", disse Terra. O consumo nacional é estimado pela Conab entre 3,3 milhões e 3,6 milhões de toneladas. E a produção total das três safras brasileiras está projetada em 3,31 milhões.

CNA convoca produtores rurais para manifestação em Brasília no domingo.

Cristiano Zaia – Valor Econômico. 12/04/2016.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) prepara uma manifestação a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff no próximo domingo, 17, dia em que o plenário da Câmara decidirá se dá prosseguimento ao processo de impedimento da chefe do Executivo.

Em nota divulgada nesta terça-feira, a entidade informa que a mobilização de produtores rurais também deve ocorrer nos 27 Estados brasileiros, por meio de sua rede de federações de agricultura e pecuária. Como o [Valor](#) informou na semana passada, há a expectativa de que sejam deslocados até tratores para a Esplanada dos Ministérios para esses protestos.

No último dia 6, o presidente da CNA, João Martins, resolveu declarar apoio da entidade ao impeachment de Dilma. Das 27 federações, a única que não aprovou o posicionamento foi a federação de Tocantins, Estado de influência política da ministra

da Agricultura, Kátia Abreu. Com essa iniciativa, a CNA também acabou rompendo seu apoio à ministra.

Ainda segundo o comunicado de hoje, “a CNA entende que a desestabilização da economia, provocando inflação, desemprego e perda de renda, além da violência no campo, com invasões de propriedades, são fatores que exigem da sociedade brasileira um posicionamento firme pela saída da presidente”.

O vice-presidente da CNA, José Mário Schreiner, está reunido com deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), para apresentar estratégias de mobilização no domingo. A FPA, mais conhecida como bancada ruralista do Congresso, também já se posicionou abertamente favorável ao impeachment.

Ceplac terá ligação direta com a ministra e passará por reestruturação. Priscilla Mendes – MAPA. 12/04/2016.

Foco da comissão será pesquisa, defesa agropecuária e abertura de mercados

A Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira (Ceplac) passará a ter ligação direta ao gabinete da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, ganhando maiores investimentos em pesquisa e inovação, defesa agropecuária e abertura de mercados internacionais. O objetivo é fortalecer e modernizar a companhia, que está defasada devido a sucessivas perdas de orçamento e a falta de renovação do quadro de servidores.

Com a medida, que será oficializada por meio de um decreto presidencial ainda esta semana, a Ceplac passará a ter atenção especial do Ministério da Agricultura. A pasta trabalha em um projeto de reestruturação focado em pesquisa sustentável do cacau.

Há 29 anos, a comissão não realiza concurso público e, nos últimos anos, vem enfrentando cortes significativos de orçamento. De 2010 a 2016, os recursos da Ceplac, conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA), caíram de R\$ 32,4 milhões para R\$ 19,8 milhões, redução de 63%.

“É fundamental investir em pesquisa, inovação e tecnologia. Precisamos investir no quadro de pessoal. Nosso país tem todo potencial de voltar a ser um grande exportador de cacau, produto que está ligado à identidade nacional brasileira, juntamente com o café”, diz a ministra.

Em 2015, o Brasil aumentou em 10% as exportações de cacau e seus produtos, alcançando US\$ 374 milhões em 89,7 mil toneladas. “Mas é só o começo. O produto entrou na pauta do Mapa e das negociações internacionais”.

Para aumentar o valor agregado do produto e estimular toda a cadeia produtiva, o Mapa

está realizando um estudo detalhado sobre o potencial exportador não apenas do cacau, mas também de chocolates. Tem se preocupado ainda em garantir a Defesa Fitossanitária do cacau. Aumentou de R\$ 3 milhões em 2015 para R\$ 5 milhões em 2016 os recursos destinados a ações de defesa na lavoura cacauceira.

Kátia Abreu reúne estados para aumentar a adesão ao Sisbi. Cláudia Lafeté – MAPA. 12/04/2016.

Ministra destaca importância do sistema para a expansão das agroindústrias

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) se reuniu nesta terça-feira (12) com representantes das Superintendências Federais de Agricultura (SFAs) dos estados que estão em processo de adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA). O objetivo é estimular os estados a aderirem ao sistema que garante a procedência das agroindústrias que processam alimentos de origem animal. Participaram da reunião representantes de Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, Pernambuco, Piauí, Ceará e Mato Grosso do Sul.

Os estados que aderem ao Sisbi garantem às agroindústrias interessadas a autorização para venderem seus produtos de origem animal - como queijos, salames, ovos e mel - não apenas para sua cidade ou estado, mas para todo o país. A adesão beneficia, em especial, os pequenos estabelecimentos, que geralmente têm dificuldade em cumprir todos os requisitos burocráticos e técnicos exigidos pelo Sistema de Inspeção Federal (SIF).

“Quero entender onde estão as dificuldades para dar igual condição a todos os estados e a todos os produtores. Preciso da ajuda de vocês para atender a essas pequenas agroindústrias que estão deixando de ampliar seu mercado consumidor”, ressaltou a ministra durante a reunião.

Em maio de 2015, o decreto que regulamenta parte do sistema foi alterado para reduzir a burocracia aos pequenos produtores. Na ocasião, o Mapa descentralizou as ações de adesão ao Sisbi-POA e reconheceu de forma mais efetiva o papel de inspeção dos estados, Distrito Federal, municípios e consórcios de municípios. Isso significa que o agricultor não precisará mais ter o selo do SIF, emitido pelo Mapa, para vender seus produtos a outras unidades da Federação. Basta estar em dia com a documentação junto ao seu estado, que por sua vez deve estar incluído no Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

Entraves

De acordo com os representantes, os principais entraves para a adesão ao sistema é escassez de servidores, falta de arcabouço legal, auditorias que ainda não haviam sido marcadas, sistema de informática defasado e poucas cotas para análises laboratoriais.

O representante do Ceará, Francisco de Sousa, ressaltou que um dos motivos pelos quais seu estado ainda não aderiu é a falta de capacitação dos servidores.

Já os representantes dos estados de Rondônia e Tocantins declararam que ainda precisam desenvolver a tecnologia da informação nas suas respectivas superintendências e que ainda não sofreram auditoria, passo necessário para que comecem o processo de implantação do sistema.

Diante da necessidade, o secretário de Defesa Agropecuária, Luís Rangel, afirmou que todas as providências serão tomadas, e que inclusive, a Controladoria Geral da União (CGU) vai orientar os fiscais para que as auditorias sejam feitas da melhor maneira possível.

Ao final da reunião, a ministra e o secretário definiram as datas das próximas auditorias e reafirmaram a determinação do Mapa em auxiliar os estados. A adesão ao sistema, afirmou a ministra, será monitorada de perto pelo Mapa, que disponibilizará um canal direto de comunicação com as entidades de defesa agropecuária dos estados. “Quero acompanhar com as duas mãos o Sisbi no Brasil inteiro”, finalizou.

Já estão aderidos ao sistema o Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Espírito Santo e Goiás.

Sobre o Sibi-Poa

O Sisbi-Poa faz parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) e tem o objetivo de padronizar e harmonizar os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal, para garantir a procedência e a segurança alimentar.

O sistema é uma ferramenta de inclusão que respeita as especificações regionais de produtos de origem animal em diferentes escalas de produção e permite a inserção no mercado formal (local, regional e nacional) de categorias de produtos que necessitam ainda de regulamentação específica.

O ingresso no Sisbi-Poa é voluntário e pode ser solicitado junto aos gestores do Sisbi nas Superintendências Federais de Agricultura (SFAs). Com a adesão, os produtos podem ser comercializados em todo o território nacional. Estados e municípios incluídos nesse sistema têm os serviços de inspeção reconhecidos como equivalentes ao Serviço de Inspeção Federal (SIF).

Tecnologias para cadeia da carne é assunto do Encontro do Sindicato Rural de Campo Grande. Ellen Albuquerque – CNA. 12/04/2016.

“Hoje não discutimos mais a capacidade de acordo com a área de produção, mas a capacidade de tornar a produção eficiente, como na adaptação de novas tecnologias. E isso nós temos visto entre os produtores de carne do nosso estado que, cada vez mais,

investem em sanidade, tecnologia, genética e nutrição”, destacou o presidente do Sistema FAMASUL– Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, Mauricio Saito, ressaltando a relevância do 29º Encontro de Tecnologias da Pecuária da Carne, nesta segunda-feira (11).

O evento realizado pelo Sindicato Rural de Campo Grande é considerado pelos produtores e demais envolvidos na cadeia da carne como um dos mais importantes do setor no Estado. Para o presidente Sindicato Rural de Campo Grande, Ruy Fachini Filho, o encontro permite que pecuaristas conheçam técnicas inovadoras para produzir mais e se manter na atividade. "No instante em que o mundo clama pela pecuária sustentável, para chegar a esse objetivo o produtor deve estar atento ao surgimento das novas tecnologias e conhecer novos métodos de produção, condições essenciais para a redução dos custos e aumento de produtividade e de lucratividade sem agressão ao meio ambiente", ressalta.

As palestras abordaram temas como mercado e cenário, gestão e pecuária moderna, Sistema Integração Lavoura e Pecuária, custos de produção e desenvolvimento sustentável. Os assuntos foram ministrados por nomes como Fernando Sampaio, doutor em Animal Science nos Estados Unidos; Cássio Rodrigues discorrer especialistas em solos e nutrição de plantas e em Manejo de Pastagens; Thiago Bernardino de Carvalho, economista doutor em Administração de Empresas e pesquisador na área de proteína animal e Fabiana Villa Alves, doutora em Ciência Animal e Pastagens e pesquisadora da Embrapa.

Participaram do Encontro, os diretores da FAMASUL, Terezinha Cândido, Luiz Alberto Moraes Novaes e Lucas Galvan e o superintendente do Senar/MS – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso do Sul, Rogério Beretta, além do secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Jaime Elias Verruck; o presidente MNP – Movimento Nacional dos Produtores, Rafael Gratão; representando a Assomasul, o prefeito de Corguinho, Dalton de Souza Lima; superintendente estadual do Banco do Brasil, Evaldo Emiliano; diretor presidente da Iagro, Luciano Chiochetta.

Tecnologias para cadeia da carne é assunto do Encontro do Sindicato Rural de Campo Grande. Ellen Albuquerque – CNA. 12/04/2016.

“Hoje não discutimos mais a capacidade de acordo com a área de produção, mas a capacidade de tornar a produção eficiente, como na adaptação de novas tecnologias. E isso nós temos visto entre os produtores de carne do nosso estado que, cada vez mais, investem em sanidade, tecnologia, genética e nutrição”, destacou o presidente do Sistema FAMASUL– Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, Mauricio Saito, ressaltando a relevância do 29º Encontro de Tecnologias da Pecuária da Carne, nesta segunda-feira (11).

O evento realizado pelo Sindicato Rural de Campo Grande é considerado pelos produtores e demais envolvidos na cadeia da carne como um dos mais importantes do setor no Estado. Para o presidente Sindicato Rural de Campo Grande, Ruy Fachini Filho, o encontro permite que pecuaristas conheçam técnicas inovadoras para produzir mais e se manter na atividade. "No instante em que o mundo clama pela pecuária sustentável, para chegar a esse objetivo o produtor deve estar atento ao surgimento das novas tecnologias e conhecer novos métodos de produção, condições essenciais para a redução dos custos e aumento de produtividade e de lucratividade sem agressão ao meio ambiente", ressalta.

As palestras abordaram temas como mercado e cenário, gestão e pecuária moderna, Sistema Integração Lavoura e Pecuária, custos de produção e desenvolvimento sustentável. Os assuntos foram ministrados por nomes como Fernando Sampaio, doutor em Animal Science nos Estados Unidos; Cássio Rodrigues discorrer especialistas em solos e nutrição de plantas e em Manejo de Pastagens; Thiago Bernardino de Carvalho, economista doutor em Administração de Empresas e pesquisador na área de proteína animal e Fabiana Villa Alves, doutora em Ciência Animal e Pastagens e pesquisadora da Embrapa.

Participaram do Encontro, os diretores da FAMASUL, Terezinha Cândido, Luiz Alberto Moraes Novaes e Lucas Galvan e o superintendente do Senar/MS – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso do Sul, Rogério Beretta, além do secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Jaime Elias Verruck; o presidente MNP – Movimento Nacional dos Produtores, Rafael Gratão; representando a Assomasul, o prefeito de Corguinho, Dalton de Souza Lima; superintendente estadual do Banco do Brasil, Evaldo Emiliano; diretor presidente da Iagro, Luciano Chiochetta.

Mobilizados pela CNA, produtores querem a aprovação do Impeachment. CNA. 12/04/2016.

A favor da aprovação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com o apoio das federações e sindicatos, está mobilizando produtores rurais de todo o país para estarem em Brasília, no próximo domingo, (17/04), participando da manifestação pelo impeachment.

A mobilização ocorre nos 27 estados do país, com a participação das federações de agricultura e pecuária, dos sindicatos rurais e dos produtores. A CNA entende que a desestabilização da economia, provocando inflação, desemprego e perda de renda, além da violência no campo, com invasões de propriedades, são fatores que exigem da sociedade brasileira um posicionamento firme pela saída da presidente.

Vice-presidente da CNA e coordenador do movimento, José Mário Schreiner, reúne-se hoje, (12/04), às 12h, com integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA),

para apresentar as estratégias da mobilização e a programação da manifestação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

CNA defende atuação junto a Parlamentares indecisos para aprovar pedido de impeachment da Presidente Dilma Rousseff. CNA. 12/04/2016.

O vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), José Mário Schreiner, defendeu, nesta terça-feira (12/4), um trabalho intenso de mobilização para convencer os parlamentares indecisos a votarem a favor do impeachment da presidente Dilma Rousseff. A manifestação foi feita no encontro semanal da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), no qual ele apresentou as ações e a programação do movimento “Vamos Tirar o Brasil da Lama – Impeachment Já”, que deve reunir milhares de produtores de todo o país na Esplanada dos Ministérios no próximo domingo (17/4), quando deve ser concluída a votação do pedido de afastamento da presidente da República na Câmara dos Deputados.

Segundo Schreiner, a ideia é que parlamentares, presidentes de federações, sindicatos e produtores rurais atuem junto aos deputados que ainda não decidiram seu voto para que votem a favor do impeachment. Além da vinda das comitivas de agricultores e pecuaristas a Brasília, haverá atos a favor do impeachment nos 27 estados, simultaneamente às ações do Movimento Brasil Livre (MBL). “Estamos em um empenho total, mobilizando nossas bases para buscarmos essa vitória no domingo e devolvermos o Brasil a todos os brasileiros”, afirmou o vice-presidente da CNA, que está coordenando as ações do movimento.

Na avaliação da CNA, fatores como a desestabilização da economia, inflação, desemprego, queda de rentabilidade e do poder aquisitivo e a incitação à violência no campo, com invasão de propriedades, exigem de toda a sociedade uma postura mais firme pela saída de Dilma Rousseff do poder.

Mapa lança novas vagas de consultoria em aquicultura. Fernanda Tallarico – MAPA. 13/04/2016.

Os interessados devem se candidatar até o dia 17 de abril

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) divulgaram os editais para contratação de Consultor Técnico Especialista em Carcinicultura, em Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Carcinicultura e em Aquicultura I. São três vagas com duração contratual de 11 meses. Os candidatos deverão enviar os currículos pelo site da FAO até 17 de abril de 2016.

Para o cargo de Consultor Técnico Especialista em Carcinicultura, o candidato deverá ter graduação em engenharia de pesca, engenharia de aquicultura, engenharia agrônômica ou ciências biológicas, mestrado em aquicultura com dissertação voltada à carcinicultura, experiência mínima de seis anos de gestão, elaboração, realização, coordenação ou execução de projetos de unidades integrantes. Outra alternativa para o candidato é ter experiência em desenvolvimento da cadeia produtiva de aquicultura e experiência mínima de dois anos em gestão, coordenação, acompanhamento ou execução de atividades ou projetos de unidades integrantes e de desenvolvimento da cadeia produtiva da carcinicultura.

Para o cargo de Consultor Técnico Especialista em Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Carcinicultura, o candidato deverá ter como requisitos obrigatórios graduação em engenharia de pesca, engenharia de aquicultura, biologia, biologia marinha ou oceanografia, mestrado em aquicultura, experiência mínima de três anos em gestão, elaboração, realização, coordenação e execução de projetos de unidades integrantes da cadeia produtiva da aquicultura marinha, experiência mínima de dois anos na gestão, coordenação, acompanhamento, execução, elaboração de atividades ou projetos de unidades integrantes da cadeia produtiva da carcinicultura e experiência mínima de um ano em planejamento, gestão e acompanhamento de projetos aquícolas.

Para o cargo de Consultor Técnico Especialista em Aquicultura I é obrigatória a graduação em biologia, zootecnia, medicina veterinária, oceanografia, engenharia de pesca, aquicultura ou áreas afins, mestrado em aquicultura ou áreas afins e mínimo de 15 anos de experiência como profissional em aquicultura.

Área de Preservação Permanente do Projeto Biomas ganha Ecotrilha na Caatinga. CNA. 13/04/2016.

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (IFCE), localizado no município de Quixadá, no Estado do Ceará, está promovendo trilhas ecológicas para alunos e visitantes. A área ao redor do Instituto é composto por uma Unidade de Conservação do Monumento Natural dos Monólitos, mais uma parte da área experimental do Projeto Biomas.

Segundo o professor Lucas da Silva coordenador do projeto, a realização da “Ecotrilha: uma pegada sustentável” contribui com formação da consciência ambiental dos participantes e favorece atitudes socioambientais sustentáveis, com impactos positivos em termos de educação, preservação e conservação ambiental. Além de apresentar aos estudantes práticas de manejo ecológico/sustentável de mudas nativas da Caatinga e de aprimoramento de técnicas de recuperação de matas ciliares degradadas.

A Ecotrilha foi idealizada e coordenada pelo Laboratório de Estudos Ecológicos e Ambientais do Bioma Caatinga (LEEABC) do IFCE e busca promover ações de cunho ambiental e principalmente de preservação da flora local. E, para que seja efetivamente

um instrumento de educação ambiental, foram adicionados no seu percurso diversos elementos didáticos, tais como: visita ao viveiro para a produção de mudas nativas, experimento implantado pelos pesquisadores do Projeto Biomas para recuperação de área degradada e outro experimento relacionado aos solos. Essas áreas mostram aos visitantes a importância do bioma caatinga e a necessidade de sua preservação.

Sobre o Projeto Biomas

O Projeto Biomas, iniciado em 2010, é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a participação de mais de quatrocentos pesquisadores e professores de diferentes instituições, em um prazo de nove anos.

Os estudos estão sendo desenvolvidos para viabilizar soluções com árvores para a proteção, recuperação e o uso sustentável de propriedades rurais nos diferentes biomas brasileiros.

O Projeto Biomas tem o apoio do SENAR, SEBRAE, Monsanto e John Deere.

Na Caatinga, o projeto conta com a parceria das seguintes instituições: Embrapa Caprinos e Ovinos, Embrapa Semiárido, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Ceará / Campus Quixadá, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará, Administração Regional do SENAR Ceará e sindicatos rurais da região.

Para saber mais, acesse o site do Projeto Biomas: www.projetobiomas.com.br

Para ANP, país precisa de novas refinarias e portos. André Ramalho – Valor Econômico. 14/04/2016.

Embora o consumo de combustíveis tenha entrado em rota de declínio desde o ano passado, o mercado deve se recuperar no longo prazo e as importações brasileiras de derivados podem até quadruplicar até 2030, segundo estimativas da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Diante desse cenário, a diretora-geral do órgão regulador, Magda Chambriard, apresentou ontem a executivos um pacote de investimentos que a agência entende ser prioritário e disse que o país precisará de novas refinarias e portos para evitar gargalos logísticos na próxima década.

Segundo ela, o Brasil precisa se planejar logo e buscar alternativas para suprir a redução da atuação da principal companhia do mercado, a Petrobras. "Temos que saber quem vai meter a mão no dinheiro para fazer o que o Brasil precisa e em que condições. Essa é a grande discussão do ano", disse Magda, durante evento no Rio.

De acordo com a ANP, as importações brasileiras de combustíveis devem atingir entre 1,14 milhão e 1,2 milhão de barris/dia até 2030, a depender da conclusão ou não da

refinaria do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj). Esse cenário, segundo Magda, demandará a construção de duas novas refinarias, para além da Refinaria Abreu e Lima (Rnest) e do Comperj, para que o país atinja a autossuficiência no fornecimento de derivados no longo prazo.

Na avaliação da ANP, a melhor localização para os projetos seria o Maranhão, para atender os mercados do Norte e Nordeste, e o Triângulo Mineiro ou Goiás, para abastecimento do oeste de Minas e Centro-Oeste. Se não optar pelo aumento da capacidade de refino, ainda segundo a ANP, serão necessários investimentos em sete novos portos, incluindo a construção de tancagem em Vila do Conde (PA), Pecém (CE) e São Francisco (SC).

Independentemente da escolha, a diretora disse que os investimentos precisam começar a ser discutidos no mercado neste ano para que os projetos avancem a partir de 2017. "Temos duas vertentes possíveis: sermos autossuficientes em derivados, como já fomos, ou não construir nenhuma refinaria e importar tudo o que for preciso. Certamente vai acontecer alguma coisa no meio, vai ser um mix entre as duas [vertentes]. Essa é discussão que temos que travar ao longo deste ano", disse.

Diretor do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), José Augusto Nogueira, destacou que o governo precisa criar um ambiente de segurança para investimentos em infraestrutura, num setor que é altamente concentrado na Petrobras. "O que não pode é termos esse cenário de incertezas", disse.

Segundo um executivo de uma distribuidora, é essencial que o governo defina a política de preços dos combustíveis, atrelada aos preços internacionais. Sem isso, não há quem invista em refino, nem em tancagem para receber volumes importados, já que haveria nesse caso um risco constante de que a Petrobras volte a praticar preços abaixo do mercado.

Embora a retração econômica não elimine a necessidade de investimentos em infraestrutura no longo prazo, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), por sua vez, já vê sinais de uma forte desaceleração do mercado nos próximos anos. A estatal começou a contabilizar os impactos da crise econômica sobre o mercado e já trabalha com a previsão de que o déficit de alguns derivados pode ser bem menor que o previsto até então.

Diretor de estudos do petróleo, gás e biocombustíveis da EPE, Gelson Serva disse que dados preliminares do plano decenal de energia 2016-2025 já indicam que a média do consumo de gasolina pode se manter estável ao longo dos próximos dez anos, influenciado pelo menor crescimento da frota de veículos leves. "Já vislumbramos uma estabilização da demanda."

No último planejamento da EPE, havia uma expectativa de crescimento de 1,3% ao ano no consumo do combustível. Ainda segundo o diretor, um eventual crescimento do consumo de combustível pelos veículos leves seria suprido pelo mercado de etanol.

O novo PDE deve projetar, ainda, uma redução no ritmo de crescimento do diesel A (sem biodiesel). O último plano da EPE previa uma alta de 2,5% ao ano.

Entidades do setor agropecuário apoiam ação da CNA pelo impeachment. CNA. 14/04/2016.

A decisão da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) de defender o impeachment da presidente Dilma Rousseff foi referendada pelas mais importantes entidades do setor agropecuário, em reunião nesta quarta-feira (13/4), em Brasília. No encontro, o presidente da Confederação, João Martins, discutiu com representantes das 12 instituições o momento político do país e ouviu dos participantes a preocupação com o atual cenário, o que fez com que as lideranças declarassem o apoio à manifestação da CNA.

João Martins propôs, também, a participação das entidades em um grande pacto para a reconstrução da economia brasileira. A ideia é que, consolidado o pedido de afastamento pelo Congresso Nacional, as instituições atuem conjuntamente com o objetivo de construir propostas para a retomada da normalidade econômica. Na semana passada, Martins defendeu um pacto nacional voltado para esta finalidade. Essa opinião foi compartilhada de forma unânime pelos representantes das entidades que estiveram no encontro.

Ele também falou das ações de mobilização do movimento “Vamos Tirar o Brasil da Lama”, que trará a Brasília milhares de produtores rurais de todo o País para participar das manifestações e acompanhar a votação do impeachment na Câmara dos Deputados no próximo domingo (17/4). Na avaliação da CNA, fatores como a desestabilização da economia, inflação, desemprego, queda de rentabilidade e do poder aquisitivo e a incitação à violência no campo, com invasão de propriedades, exigem de toda a sociedade uma postura mais firme pelo afastamento da presidente.

Participaram do encontro as seguintes entidades: Associação Brasileira de Angus (ABA); Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ); Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec); Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo); Associação Brasileira de Produtores e Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas); Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho); Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa); Associação dos Criadores de Nelore do Brasil (ACNB); Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil); Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Para a CNA, GDF deve garantir segurança para manifestantes que apoiam impeachment. CNA. 15/04/2016.

O vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), José Mário Schreiner, afirmou que o GDF deve garantir a segurança dos manifestantes que apoiam o impeachment da presidente Dilma Rousseff no próximo domingo (17/4), quando seu pedido de afastamento será votado pela Câmara dos Deputados. Na manhã desta sexta-feira (15/4), mais de 100 integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) ocuparam a entrada do prédio da CNA durante 40 minutos.

Puxados por um trio elétrico, eles carregaram faixas e cartazes com críticas ao setor agropecuário. A segurança da entidade fechou o portão de entrada, mas os manifestantes atiraram sacos plásticos com tinta vermelha e creolina para o lado interno do estacionamento da CNA, manchando os carros que estavam parados, funcionários e a fachada do prédio. Para o vice-presidente da CNA, o ato do MST é mais uma prova de incitação à violência e um “ataque à iniciativa privada”.

“Esperamos cerca de 500 caravanas no domingo, com 20 mil produtores em Brasília, sem falar em todas as pessoas que vão participar deste momento histórico. Estaremos lá de forma pacífica, mas precisamos que o governador do Distrito Federal realmente garanta a segurança, a paz e a tranquilidade não só aos produtores rurais, mas aos pais, mães e seus filhos para que possam ir e voltar para casa em segurança”, ressaltou Schreiner. Para o vice-presidente da CNA, a atitude do MST foi demonstração do que acontece com frequência no campo em todo o Brasil.

“Muitas vezes quem mora na cidade não vê as propriedades rurais sendo invadidas e saqueadas. Não vê os animais com alto potencial genético virarem churrasco destas pessoas que não têm ocupação e são incitadas ao crime”, disse Schreiner. Ele lembrou que este divisionismo ocasionado pelo atual governo, jogando os brasileiros “uns contra os outros”, além da crise econômica e política e o estímulo à violência no campo, levaram a CNA a apoiar o impeachment.

Adesão ao CAR chega a 67% no país. Bettina Barros – Valor Econômico. 15/04/2016.

A duas semanas de encerrar o prazo para adesão ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), 67% das propriedades rurais de todo o país se cadastraram no sistema federal até o fim deste mês de março. Dados do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) apontam a entrada de 2,65 milhões de imóveis rurais na base de dados do sistema, totalizando uma área de 279,6 milhões de hectares.

As regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste são, nesta ordem, as que mais avançaram no cadastramento. Nos Estados do Norte, 80,4% do total de propriedades cadastráveis já se inscreveram no CAR (eram 80,4 milhões de hectares até o fim de março). No Sudeste, 71,4% (42,3 milhões de hectares). O Centro-Oeste tem 67,9% das propriedades cadastradas (88,2 milhões de hectares). Na lanterna, o Nordeste, com 43% de imóveis

cadastrados (32,7 milhões de hectares) e o Sul, com 41,4% das propriedades (17,3 milhões de hectares inscritos).

Segundo o diretor-geral do SFB, Raimundo Deusdará, houve uma "intensa aceleração" neste último mês, na medida em que o prazo final de cadastramento se aproxima. Conforme o SFB, o Rio Grande do Sul registrou, sozinho, um salto de mais de um milhão de cadastramentos. O Estado era último em número de adesões - deixou para Pernambuco a última colocação.

Recentemente, a ministra do Meio Ambiente, Isabella Teixeira, afirmou que o cadastramento não deverá ultrapassar a marca de 80% até 5 de maio. Pequenos agricultores de locais distantes do país compõe o maior desafio de acesso ao sistema. Mesmo com o fim do prazo em 5 de maio, os produtores poderão fazer o cadastramento, embora sem benefícios propiciados pelo novo Código Florestal.

O CAR é um ato declaratório do proprietário rural, que tem como objetivo fazer um diagnóstico das florestas e matas do país para a futura gestão territorial. O cadastramento é online e gratuito.

MP prevê renegociação de dívidas do Nordeste. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 15/04/2016.

Mesmo sem um acordo final fechado com o governo, o relator da Medida Provisória 707 em comissão especial do Congresso, deputado Marx Beltrão (PMDB-AL), decidiu estender por mais um ano - até 31 dezembro de 2017 - o prazo para que agricultores da região da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) possam renegociar suas dívidas com crédito rural contraídas até 2010. O parecer foi apresentado ontem, e ainda aguarda votação.

Pelo parecer apresentado na comissão especial, os produtores rurais de todo país também terão mais tempo para se inscrever no Cadastro Ambiental Rural (CAR), cujo prazo expira em 5 de maio. A nova data para adesão também será de 31 de dezembro de 2017, já que os produtores que não fizerem o CAR não poderão tomar novos financiamentos, conforme o novo Código Florestal, de 2013.

O relatório da MP 707 também estendeu para 31 de dezembro deste ano o prazo para que empresas e cooperativas refinanciem junto ao BNDES contratos firmados até o fim de 2015 para aquisição de caminhões. Na MP original, o prazo era 31 de junho.

O relatório de Beltrão, que é ligado ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), deve ser votado na terça-feira, depois que o líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), pediu mais tempo para apreciar o texto. Caso seja aceita, os plenários da Câmara e Senado precisam aprovar a proposta. O prazo final para aprovação é 31 de maio.

Em relação à renegociação das dívidas dos agricultores da região Nordeste, o saldo devedor pode chegar a R\$ 20 bilhões entre prestações vencidas e a vencer junto a bancos públicos como Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. As dívidas também envolvem operações de crédito para custeio e investimento tomadas com recursos de fundos constitucionais e do Tesouro Nacional por meio de programas do governo. Muitas dessas dívidas teriam seu prazo prescrito e até seriam inscritas na Dívida Ativa da União no ano passado. Com a MP, contudo, esses efeitos ficam suspensos.

Com as alterações feitas pelo relator na MP 707, os produtores poderão liquidar - com descontos de até 95% - ou renegociar suas dívidas até essa nova data de 2017. E as cobranças e execuções bancárias ou judiciais também ficam suspensas até 31 de dezembro de 2017. Pelo texto original da MP, o governo propunha apenas que as execuções fossem prorrogadas para o último dia de 2016.

O deputado também explicou que decidiu se ater ao Nordeste, e rejeitar emendas propostas por parlamentares da comissão que propunham renegociações de dívidas de produtores de arroz do Rio Grande do Sul, de batata de Minas, de usinas de cana-de-açúcar do Paraná e de grãos e frutas do "Matopiba" (confluência entre Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). O **Valor** apurou que a Fazenda não concordou em ampliar a pauta de negociações de dívidas para outros Estados e regiões.

"Em momento algum o Ministério da Fazenda conseguiu sentar conosco, mas a Casa Civil parece estar de acordo com os ajustes e estou convicto de que a Medida Provisória será assim aprovada", disse, afirmando que não fará mais alterações em seu parecer.

"Este seria o melhor momento para a presidente Dilma dar um recado aos produtores do Nordeste, por isso acho equivocado se o governo pediu vistas para fazer qualquer manobra ou pressão para esperar a votação do processo de impeachment na Câmara", concluiu.

Dilma nomeia interinos para ministério da Integração e Conab. 15/04/2016.

A presidente Dilma Rousseff nomeou Josélio de Andrade Moura para exercer interinamente o cargo de ministro da Integração Nacional. A nomeação foi publicada nesta sexta-feira, 15, no "Diário Oficial da União".

Ele substituirá Gilberto Occhi, que na quarta-feira entregou pedido de exoneração ao Palácio do Planalto depois que seu partido, o PP, decidiu apoiar o impeachment e colocar os cargos que tem no governo à disposição.

A presidente também escolheu Igo dos Santos Nascimento, do PSD de Tocantins, para exercer em caráter interino o cargo de presidente da Companhia Nacional de

Abastecimento (Conab), como publicado no Diário Oficial. O decreto também é assinado pela ministra da Agricultura, Kátia Abreu.

Na segunda-feira, o governo exonerou Lineu Olímpio de Souza do cargo de presidente da Conab. Ele era indicado do deputado Jovair Arantes (PTB-GO), relator na Câmara do processo de impeachment de Dilma.

CNA já sinaliza apoio a eventual governo Temer. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 16/04/2016.

Em evento organizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que reuniu cerca de 80 deputados da bancada ruralista em um almoço na capital federal, seu presidente, João Martins, disse ao Valor PRO, serviço de notícias em tempo real do Valor, que a entidade já apoia um eventual governo de Michel Temer e demonstrou confiança de que a presidente Dilma Rousseff sofra um impeachment pelo Congresso.

Martins conta que a CNA inclusive já preparou uma lista de prioridades na área da agricultura para apresentar a Temer, caso Dilma seja afastada pelo Legislativo. Entre as sugestões estão um orçamento robusto de subsídios ao seguro rural e uma Lei Agrícola Plurianual, que preveja recursos orçamentários num horizonte de longo prazo para o agronegócio.

Em fala inflamada contra Dilma, quem chama de “adversária da classe rural”, Martins se diz confiante em uma vitória a favor do impedimento da presidente em votação marcada para amanhã no plenário da Câmara. Ele afirma que mesmo diante de um “jogo pantanoso do governo”, em referência à ofensiva de governistas para pedir votos contra o impeachment, acredita que haverá 350 votos a favor do impeachment.

“Com certeza, nós vamos apoiar um eventual governo Temer”, disse Martins. “Nós já sinalizamos internamente que a CNA apoiará Temer, mas ele precisa ter a pretensão de ter um Ministério da Agricultura eficiente e que esteja voltado realmente para o produtor rural”, afirmou. “Chegou a hora de tirar esse governo, não podemos permitir que o investidor externo deixe de investir um centavo no Brasil por conta desse governo”, concluiu o presidente.

Em relação à ministra da Agricultura, Kátia Abreu, que é presidente licenciada da CNA, Martins não vê condições de apoio interno para que ela retome a presidência da entidade. Kátia é defensora ferrenha de Dilma, de quem é amiga pessoal, e decidiu se declarar contra o impeachment, mesmo com a debandada geral de sua base, o setor agropecuário, que abraçou em peso uma campanha em prol do impedimento da presidente.

“Ela legalmente teria [condições de voltar à presidência], mas com certeza ela não vai se sentir à vontade, ela com certeza não pensaria em voltar porque ficaria muito desconfortável”, destacou.

A CNA mobiliza uma caravana com 200 ônibus com cerca de 20 mil produtores, que estão chegando hoje em Brasília para protestos favoráveis ao impeachment amanhã na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Congresso, em Brasília. Há uma semana, a Confederação resolveu se posicionar abertamente a favor do impeachment de Dilma, após pressão de 26 das 27 federações de agricultura e pecuária de sua rede sindical.

Líder do MST convoca greve geral caso o impeachment seja aprovado. Lucas Marchesini e Andrea Jubé – Valor Econômico. 16/04/2016.

O líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), João Pedro Stedile, convocou uma greve geral caso o impeachment da presidente Dilma Rousseff seja aprovado no Congresso Nacional. "Eles não vão ter sossego, porque quem produz nesse país é a classe trabalhadora", disse.

Stedile participou de ato organizado em Brasília por movimentos sociais que apoiam o governo da presidente Dilma. Além dele, falaram no evento os presidentes da União Nacional dos Estudantes (UNE), Karina Vitral, e do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Guilherme Boulos.

Ambos criticaram o impeachment mas pediram uma guinada a esquerda assim que o processo for encerrado. "No dia seguinte, vamos nos manter na luta. Queremos saber o que é essa tal de pátria educadora, que ainda não conseguimos ver", disse Karina, da UNE.

"Queremos saber como vai ser segunda. Não queremos ouvir falar de ajuste fiscal, de reforma da previdência. Mas sim de reforma agrária, urbana, tributária", acrescentou Boulos, do MTST.

Na expectativa pela aprovação do impeachment, produtores fazem manifestação em área rural perto de Brasília. CNA. 16/04/2016.

Às vésperas da votação do pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, mais de cem produtores fizeram, neste sábado (16/4), na região do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD-DF), a 70 quilômetros de Brasília, uma manifestação pela aprovação do processo de impedimento. No ato, tratores levavam faixas de protesto contra o atual governo, além de adesivos e cartazes pedindo o afastamento da presidente da República. A seção de votação vai ocorrer neste domingo (17/4), na Câmara dos Deputados.

A mobilização faz parte do movimento “Vamos Tirar o Brasil da Lama – Impeachment Já”, que deve reunir, amanhã, 20 mil produtores rurais de todo o país na Esplanada dos Ministérios, para acompanhar a votação do processo pela Câmara. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) é uma das entidades que apoia a saída da presidente da República, por conta da crise política e econômica que assola o país e das recentes declarações de dirigente da Contag com incentivos à violência.

“Temos que proteger o Brasil que dá certo, que é o setor agropecuário. Precisamos dar um basta a essa desmoralização total e não permitir que o país se divida ainda mais. A cor do Brasil não é vermelha, é verde e amarela e precisamos devolver essas cores aos brasileiros, porque o Brasil é de todos nós”, afirmou o vice-presidente da CNA e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), José Mário Schreiner, um dos coordenadores da mobilização para a vinda de agricultores e pecuaristas à capital federal.

Ele voltou a criticar o Movimento dos Sem terra (MST), que ameaçou invadir a sede da CNA ontem, (15/04), quando mais de 100 integrantes ocuparam a entrada do prédio da entidade por 40 minutos, carregando faixas e cartazes e arremessando tinta nos carros, funcionários e na fachada do edifício da Confederação. “Não podemos deixar essas pessoas amedrontarem as pessoas de bem, pais e mães de família. Invadir a CNA ou invadir uma propriedade é atacar o único setor da economia que vem dando certo”, ressaltou.

Para o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Distrito Federal (FAPE-DF), Renato Simplício Lopes, o setor agropecuário quer o impeachment da presidente Dilma Rousseff para que o produtor rural recupere a confiança no governo. “Não queremos favor de ninguém, apenas respeito. Somos o único setor que tem dado respostas à crise econômica e para que ela não fique ainda maior. Nos anos 70, as famílias gastavam metade do orçamento com alimentação. Hoje, gastam menos de 20%, graças ao trabalho do produtor brasileiro”, destacou.

Expectativas – Produtores rurais já estão no clima da votação de amanhã e esperam a saída da presidente Dilma Rousseff. Em Brasília há 40 anos, o agricultor Egídio Altino Bonato, um dos pioneiros da região do PAD-DF, é um dos produtores de trigo mais bem sucedidos da região. Levou para a mobilização uma das relíquias que guarda com orgulho: um trator vermelho de 1965. Além de passar os ensinamentos da produção, fez questão de ensinar os filhos a dirigir o “xodó”.

As boas lembranças dão lugar às críticas quando o assunto é política e economia. No governo Dilma, viu seus custos de produção subirem e a produção e a rentabilidade caírem. O financiamento também ficou mais difícil e mais caro. “Exigem um monte de garantias, muita burocracia”, relata. A falta de perspectivas, segundo ele, atinge até as gerações futuras. “Eles pensam muito no agora e se esquecem do futuro, dos nossos filhos e netos”, explica. Assim, faz questão de ir à Esplanada amanhã, carregando a

esperança de um novo horizonte no caso da aprovação do impeachment na Câmara dos Deputados.

Aprovação do impeachment garantirá mudanças estruturais na economia e a retomada do processo de desenvolvimento. CNA. 17/04/2016.

A aprovação do impeachment representará o início de uma “nova era para o país, permitindo a pacificação da sociedade, adoção de mudanças na economia e das reformas estruturais necessárias para retirar o país do fundo do poço”, afirmou o presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, a milhares de produtores rurais que se concentraram na Praça Portugal, em Brasília. Martins falou a grupos de produtores de todo os estados, antes da multidão se incorporar aos demais segmentos pró-impedimento da presidente da República, na Esplanada dos Ministérios.

Martins disse ter chegado a hora da verdade “para retirar do poder um Governo que jogou a economia na maior recessão da história, agravou o desemprego e não garantiu a segurança jurídica no campo, sendo omissos em relação às invasões de terras produtivas que acontecem em quase todas as regiões produtivas do país”.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA), Muni Lourenço (à esquerda na imagem acima), lembrou que a insegurança jurídica “tomou conta de nossa região, principalmente em áreas produtivas, onde movimentos radicais ocupam atualmente mais de 14 fazendas, provocando enormes prejuízos e insegurança ao produtor”.

Já o Vice-Presidente e coordenador de mobilização da CNA no movimento em favor da aprovação do impeachment, José Mário Schreiner, falando aos produtores concentrados na Praça Portugal, lembrou a importância “histórica deste domingo (17/04) quando, com a aprovação do impeachment, o país estará escrevendo uma nova página de sua história, num momento em que a sociedade brasileira vive o seu pior momento”.

Evitar o caos

Na opinião de José Mário, devido “ao verdadeiro caos instalado no país e ao completo desgoverno que assistimos angustiados já há algum tempo, não existe outra saída a não ser a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do processo de impeachment”. O Vice-Presidente da CNA destacou existir apenas uma chance, a saída de cena do atual governo. O governo federal, disse ele, foi omissos e permitiu a incitação à violência e invasões de terras por movimentos radicais, além mesmo em solenidade dentro do Palácio do Planalto.

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais (FAEMG), Roberto Simões, afirmou que a CNA e os produtores entenderam a gravidade do

momento e decidiram pelo “sim” ao processo de impeachment. A agropecuária, salientou ele, tradicionalmente é o último segmento da economia a sofrer com as consequências da queda da atividade econômica: “mas o agronegócio já estava sentindo os efeitos negativos da queda do poder aquisitivo da população, e, diante dessa realidade, não existe “outro remédio que não seja a aprovação do impedimento da presidente da República”.

Na mesma linha de raciocínio se manifestou o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Paraná (FAEP), Ágide Meneguetti. Ele entende que o “impeachment é uma causa nobre, especialmente devido ao fato deste governo ter provocado, com medidas desastradas, um quadro caótico com a existência de dez milhões de desempregados, fechamento de fábricas, além da maior recessão econômica desde a década de 1920/1930, no século passado”.

Para o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso (FAMATO), Rui Prado, o apoio do setor agropecuário ao impeachment, sob a liderança da CNA, significa a “firmeza da sociedade civil e dos produtores contra as invasões de terras que provoca insegurança jurídica no campo e afeta a estabilidade das instituições”.

Trator inflável

O presidente da CNA fez questão de destacar para os agricultores presentes na manifestação pró-impeachment o gigantesco trator inflável exposto no local com 10 metros de altura, 35 metros de comprimento e 15 metros de largura, fabricado com as cores da bandeira nacional. Ao encontrar-se com lideranças rurais ao lado do trator, João Martins reafirmou sua confiança na aprovação do impeachment e aproveitou o momento para reverberar o slogan criado pela CNA, “vamos tirar o país da lama e reunificar a sociedade brasileira em torno de princípios éticos e morais”.

Caravanas de produtores rurais de todos os 27 estados da Federação, lideradas pela CNA e com apoio das federações de agricultura e pecuária, dos sindicatos rurais e dos produtores em geral, com a presença de 300 ônibus, começaram a chegar à Praça Portugal por volta das 7h30 da manhã deste domingo (17). Durante toda a manhã os grupos se revezaram com palavras de ordem em apoio ao impeachment, de forma pacífica, ordeira e sem qualquer tumulto ou violência.

Por volta do meio-dia os manifestantes iniciaram a caminhada para o local da grande manifestação pró-impeachment, juntando-se aos demais setores da sociedade que defendem a mudança imediata dos rumos do país.

CNA recebe decisão pelo impeachment consciente da sua responsabilidade no processo de reconstrução do país. CNA. 18/04/2016.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil recebe a decisão da Câmara dos Deputados consciente da responsabilidade que terá no processo de reconstrução do País. Entendemos que foi dado um primeiro passo importante para que se restabeleçam as condições de governabilidade, que consideramos essenciais para a volta do crescimento econômico, com equilíbrio e harmonia entre os brasileiros.

Após ouvir os produtores rurais de todos os Estados, refletimos muito sobre o momento político e decidimos nos unir aos movimentos sociais urbanos na mobilização pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff. E estamos convictos de que, ao sair na frente, contribuimos de forma efetiva para esse resultado.

As necessidades do setor que representamos transcendem o âmbito do Ministério da Agricultura, que queremos na vanguarda de uma agropecuária moderna e cada vez mais pujante. Defendemos também mudanças estruturais nos Ministérios da Justiça, do Trabalho e do Meio Ambiente, além de outros órgãos federais, cujas políticas públicas – contaminadas por interesses ideológicos retrógrados – emperram o desenvolvimento do País.

Fazemos um apelo ao Senado Federal para que dê sequência às ações empreendidas até agora, no sentido de avançarmos nas mudanças desejadas pela sociedade. Que cada senador tenha consciência da gravidade do momento e, em nome do interesse público e do bem-estar de todos os brasileiros, reafirme a decisão dos deputados, vamos tirar o Brasil da lama!

Comissão aprova MP que prevê renegociação de dívidas de produtores. Cristiano Zaia- Valor Econômico. 19/04/2016.

O relatório da Medida Provisória 707 em comissão especial do Congresso foi aprovado nesta terça-feira, mantendo o parecer do deputado Marx Beltrão (PMDB-AL), apresentado na semana passada, que permite a renegociação de dívidas de produtores rurais do Nordeste prejudicados pelas secas na região nos últimos anos. O texto não teve aval final do governo, segundo o relator.

O relator estendeu por mais um ano – até 31 dezembro de 2017 – o prazo para que agricultores da região da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) possam renegociar suas dívidas com crédito rural contraídas em sua maioria até 2010. A MP ainda precisa ser votada pelos plenários da Câmara e do Senado até 31 de maio, antes de seguir para sanção presidencial.

Pelo relatório aprovado hoje, os produtores rurais de todo país também terão mais tempo para se inscreverem no Cadastro Ambiental Rural (CAR), cujo prazo final expira em 5 de maio próximo. A nova data para essa adesão também será 31 de dezembro de 2017, já que os produtores que não fizerem o CAR não poderão tomar novos financiamentos, conforme o novo Código Florestal, de 2013. A MP também prorroga para 30 de junho o prazo para o refinanciamento de empréstimos tomados para compra ou aluguel de caminhões junto ao BNDES.

Beltrão disse ao Valor que não houve acordo final com o governo sobre a MP, apenas reuniões com técnicos do Ministério da Fazenda “que não tinham poder de decisão”. Mesmo assim, acredita que não há riscos de vetos presidenciais, após ampla discussão entre a bancada do Nordeste no Congresso, os bancos públicos credores e entidades de produtores da região.

Contudo, o relator, que é aliado do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), admitiu que representantes do Palácio do Planalto tentaram usar a MP como barganha política para pressioná-lo a votar contra o impeachment da presidente Dilma Rousseff no plenário da Câmara no domingo.

“Nesse processo de impeachment houve todo tipo de barganha que se possa imaginar. Usaram sim a Medida Provisória 707 para tentar convencer deputados nordestinos a votarem contra o processo de impeachment”, afirmou Beltrão ao Valor. “

As dívidas rurais em jogo na MP podem chegar a R\$ 20 bilhões entre prestações vencidas e por vencer junto a bancos públicos com o Banco do Brasil Banco, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia. E envolvem operações de crédito para custeio e investimento tomados com recursos de fundos constitucionais e do Tesouro Nacional por meio de programas do governo.

Com as alterações feitas pelo relator na MP 707, os produtores poderão liquidar, com descontos de até 95%, ou renegociar suas dívidas até essa nova data de 2017. E as cobranças e execuções bancárias ou judiciais também ficam suspensas até 31 de dezembro de 2017. Pelo texto original da MP, o governo propunha apenas que as execuções fossem prorrogadas para o último dia de 2016.

Preço do etanol ao consumidor recua em 18 Estados brasileiros. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 19/04/2016.

O consumidor está começando a sentir apenas agora o aumento da oferta de etanol no mercado interno. Na última semana móvel encerrada dia 16, os preços do etanol hidratado (utilizado diretamente no tanque dos veículos) caíram em 18 Estados, de acordo com a Agência Nacional de Petróleo (ANP). Houve alta em sete Estados, e em dois, os valores médios ficaram estáveis.

No maior centro consumidor de combustíveis do país, São Paulo, o preço do etanol hidratado caiu 3,6% no período, para R\$ 2,607 o litro. Os preços do combustível já vêm em queda há três semanas, mas o recuo mais acentuado ocorreu apenas na semana passada.

Por enquanto, o etanol é negociado a 73% do preço da gasolina no mercado paulista, o que ainda mantém o biocombustível acima da paridade ideal de 70%, que corresponde à eficiência energética do etanol ante o combustível fóssil.

Também foi expressiva a queda do preço do etanol hidratado em Minas Gerais. Em uma semana, o produto caiu 2,6%, para R\$ 2,872 o litro. Nessa praça, o preço já vinha em queda há quatro semanas.

Os produtores, porém, vêm sentindo a desvalorização do etanol com mais intensidade e há mais tempo, já que a oferta tem crescido com o avanço do processamento de cana-de-açúcar da safra 2016/17. Conforme levantamento do Cepea/Esalq, o preço do etanol hidratado recebido na usina em São Paulo caiu 4% apenas na semana até o dia 15, para R\$ 1,3691 o litro. Em quatro semanas, o preço já recuou 29%.

Segundo especialistas do setor, as distribuidoras estão evitando repassar a queda dos preços do biocombustível para incorporar os ganhos nas margens. Para Bruno Lima, consultor de gerenciamento de risco do setor de açúcar e etanol da FCStone, as distribuidoras ainda não repassaram a queda dos preços aos postos porque estão entregando ao mercado o produto comprado a valores mais elevados.

Lima estima que, conforme os preços mais baixos começarem a chegar ao consumidor, a demanda poderá reaquecer, estancando a queda de preços. Um trader observa que a baixa já é muito elevada nos grandes centros consumidores, o que indica que alguns postos começaram a repassar a retração nas usinas. Ele acredita que o litro deverá cair para entre R\$ 2,20 a R\$ 2,30 em até três semanas.

Especialistas preveem longo processo de recuperação. Juliano Basile – Valor Econômico. 19/04/2016.

Os mercados internacionais e o brasileiro estão reagindo bem à aprovação do impeachment pela Câmara dos Deputados, mas será necessário ir adiante com reformas na política econômica para o país retomar o crescimento e esse processo de recuperação poderá levar anos, avaliaram especialistas em evento organizado pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, no Harvard Club, em Nova York.

"Mesmo se tivermos as melhores políticas e começar urgentemente com o que será preciso fazer, será um processo muito longo", disse a economista Monica De Bolle, do Peterson Institute. Para ela, o país poderá sofrer uma queda de 12% a 15% no PIB per capita nos próximos anos e será preciso muito tempo para recuperar.

"Os mercados estão reagindo bem ao impeachment porque veem um futuro melhor ou estão com expectativas melhores", resumiu Paulo Vieira da Cunha, sócio da Vernbank, consultoria na área de agricultura.

Apesar de essa melhora ter sido verificada, será preciso avançar em reformas e a principal, segundo os especialistas, será a fiscal. "O fundamental será retomar o equilíbrio fiscal", enfatizou Cunha. "A responsabilidade fiscal no Brasil foi muito mal tratada no país", disse Monica.

O professor emérito da Universidade de Colúmbia, Albert Fishlow, avaliou que o processo de impeachment não vai solucionar os problemas do Brasil. Para ele, mesmo que as medidas comecem a ser adotadas agora, o país vai levar de três a quatro anos para se recuperar economicamente.

"É só o começo de um processo que demandará muito tempo para terminar", disse Fishlow. "De um lado, temos todas as dificuldades políticas e, de outro, a economia. Imaginando que tudo seja resolvido dentro de poucos meses, e o Brasil volte a crescer sem parar, temos que lembrar que a economia, agora, tem algo em torno de 18% de poupança e, comparando com outros países, isso é muito pouco. Para conseguir poupança, é necessário reduzir o consumo, o que é um problema seríssimo. Estamos no começo, e não no fim."

Segundo Fishlow, o Brasil ainda terá grandes problemas políticos que não serão resolvidos pelo impeachment. "Muitos acham que o Brasil resolveu tudo e estão um pouco enganados."

Carlos Kawall, economista-chefe do Banco Safra, defendeu a aprovação de emenda constitucional para garantir a implementação de mudanças que o país vai necessitar após a tramitação do processo de impeachment. Segundo ele, é preciso desvincular os gastos do Orçamento, rever os pagamentos de pensões, as idades mínimas da aposentadoria e obter superávit primário para o país voltar a crescer. "Ouvimos que o vice-presidente Michel Temer está procurando medidas para desvincular os gastos do Orçamento", disse. "A bala de prata seria propor uma emenda constitucional", afirmou, dizendo que o país tem que ter mais liberdade no Orçamento, enfrentar a atual vinculação dos gastos e fazer superávit primário.

Segundo Kawall, não é mais possível pensar em crescimento com propostas de recuperar o equilíbrio fiscal apenas em 2018 e em 2019. É preciso atuar sobre a Previdência e a indexação das pensões, rever as idades mínimas e as contas dos Estados. "Acredite ou não, teremos que mudar a Constituição para conseguir essas medidas." O economista advertiu que o país necessita de "um choque fiscal de emergência".

Carlos Eduardo Gonçalves, economista-sênior do FMI e professor da USP, advertiu para as dificuldades que o novo governo terá para implementar mudanças, como barganhas políticas "com muitos atores ao mesmo tempo". "Será preciso uma composição política", disse. Gonçalves também ressaltou que o país precisa modificar sua atual situação fiscal. "A questão mais importante é a mudança na política fiscal e estou pensando em como vamos conseguir fazer ajustes diante de um cenário político muito mais complicado."

CNA encontra-se com Temer para dar apoio e apresentar pauta do setor.

Cristiano Zaia – Valor Econômico. 19/04/2016.

Comprometido com uma posição pró-impeachment de Dilma Rousseff, um dia após a Câmara autorizar a abertura do processo de impeachment da presidente o presidente da

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, disse ao **Valor** que vários presidentes de entidades patronais de setores como a indústria o comércio e os transportes devem manifestar apoio ao vice-presidente Michel Temer na semana que vem, em encontro em São Paulo.

Na ocasião, que ainda está sendo acertada pelo empresariado, as confederações, aí incluída a própria CNA, vão "provocar" Temer para que faça um pacto com o setor empresarial para recuperação da economia brasileira no caso de o pemedebista assumir a Presidência da República. A ideia também é apresentar seus pedidos para um eventual novo governo do pemedebista.

O maior envolvimento da CNA no xadrez de Brasília acontece num momento em que a crise política mexe diretamente com a estrutura de poder interna da rede de federações e sindicatos da entidade, que já vem declarando guerra aberta contra a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, amiga e defensora ferrenha de Dilma.

Segundo Martins, a palavra de ordem entre os diretores da instituição é impedi-la de retomar a presidência da entidade - a ministra é presidente licenciada da CNA desde o início de 2015. Várias federações devem sugerir a Kátia que renuncie ao comando da Confederação e se "for necessário vamos convocar novas eleições".

Em fala dura, Martins avalia que a posição de Kátia Abreu como liderança política máxima do setor do agronegócio "chegou ao fim" e que ela cometeu um "suicídio político" no momento em que escolheu defender o atual governo e "cortou o cordão umbilical" que tinha com os produtores rurais e com a própria CNA.

"A diretoria [da CNA] já se posicionou que não aceita mais o retorno dela à presidência e as federações estão com esse mesmo propósito", destacou ele, lembrando que 26 das 27 federações de agricultura e pecuária vinculadas à entidade não apoiam a volta da ministra. "A casa está consciente de que vamos aos extremos para evitar o retorno dela, e essa não é uma palavra do presidente, e sim de todos os diretores", frisou.

Martins sempre foi um dos principais aliados de Kátia nos oito anos em que ela presidiu a entidade de classe e, ao longo do ano passado - o primeiro da gestão da senadora à frente do ministério -, esteve leal à ministra e totalmente alinhado com as bandeiras políticas dela. Diz, contudo, que sua relação como atual presidente da CNA com Kátia Abreu, enquanto permanecer ministra da Agricultura, "vai parar". O aprofundamento da crise política e o fato de Kátia não ficar do lado do segmento rural em relação ao governo levou a essa situação, explica.

Em reunião na semana passada com a CNA, 14 entidades representativas do setor, a maioria delas presididas por empresários aliados ou amigos de Kátia Abreu manifestaram apoio à estratégia da CNA a favor do impeachment de Dilma. Entre elas estavam a Aprosoja (produtores de soja), a Abieci (indústria do setor de carne bovina), a Abramilho (produtores de milho) e a Abrafrutas (produtores e exportadores de frutas).

Quando questionado, porém, se tinha pretensões de se candidatar a presidente da CNA, Martins, que é vice-presidente da entidade eleito na chapa de Kátia, diz que não está em campanha para o cargo e que apenas será candidato caso a diretoria colegiada apoiá-lo. "Hoje é um consenso da casa blindar a CNA de qualquer interferência político-partidária, isso não podemos permitir".

Em sua conta no Twitter, a ministra disse na madrugada de ontem, que continua ao lado de Dilma "acreditando em sua honestidade" e que ela "não roubou e não cometeu crime de responsabilidade". Procurada pela reportagem, Kátia não quis comentar as declarações de Martins.

Seca castiga produção capixaba de frutas; mamão dispara. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 19/04/2016.

A seca que atinge o Espírito Santo desde o ano passado fez com que o governo estadual restringisse o uso de recursos hídricos para a agricultura, o que tem causado perdas milionárias para o setor frutícola capixaba e já provoca desabastecimento de algumas frutas no país, sobretudo de mamão.

Atualmente, 14 municípios do semiárido do Estado, região mais afetada pela estiagem, na parte setentrional, estão proibidos de utilizar água para irrigação, enquanto os demais estão com restrição de uso durante o dia. A Agência Estadual de Recursos Hídricos (Agerh) também proibiu desde setembro passado a construção de poços artesianos, permitindo apenas casos pontuais. O objetivo é priorizar o consumo humano e por animais.

Altamente dependente de irrigação, a produção de frutas no Estado tem desidratado. Um estudo conduzido pela Secretaria Estadual de Agricultura revelou que os produtores de frutas do Espírito Santo deixarão de ganhar R\$ 101,5 milhões nesta temporada de 2015/16 por causa da quebra de safra, resultando em faturamento de R\$ 938,7 milhões. Em volume, a quebra deve atingir 121,4 mil toneladas, somando pouco mais de 1 milhão de toneladas.

A fruticultura é o segundo maior segmento do agronegócio do Espírito Santo, correspondendo a 12,8% do faturamento agrícola, e faz do Estado o segundo maior fornecedor de mamão do país.

No primeiro trimestre do ano, época em que historicamente a produção é maior por causa das chuvas, os produtores capixabas colheram menos da metade da média para o período, na avaliação de Franco Fiorot, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Papaya (Brapex). Em seus cálculos, a produção de janeiro a março deve ter ficado em torno de 50 mil toneladas, ante uma média de 100 mil toneladas.

"Além da falta de água para irrigação, a alta temperatura também é um problema porque provoca o abortamento das flores", explica Fiorot. Ademais, boa parte dos frutos que

nascem das floradas cresce com padrão abaixo das exigências do mercado e acabam não sendo comercializados.

Nesse quadro de menor colheita de mamão, o mercado externo é prioridade. "Como temos acordos de exportação fechados, não podemos não cumprir, e isso afetou o mercado interno", diz Georgina Caliman, diretora de mercados externos da Caliman Agrícola, em Linhares (ES). A empresa vendeu apenas 300 toneladas de mamão no mercado interno, ante uma média de 800 toneladas ao mês.

Os consumidores já sentiram os efeitos da redução da oferta capixaba de mamão. Desde o início do ano até 8 de abril, o preço do mamão formosa recebido pelo produtor do Espírito Santo já subiu quase quatro vezes, para R\$ 3,27 o quilo. No mercado atacadista de São Paulo (maior polo consumidor da fruta no país), o preço da fruta subiu quase três vezes, para R\$ 58,75 a caixa de 13 quilos.

A oferta de outras frutas do Estado também tem sido prejudicada. Um exemplo é a banana, ainda que a produção no Espírito Santo seja mais modesta dentro do contexto nacional. As lavouras foram afetadas não apenas pela restrição à irrigação, como também pela contaminação do rio Doce pela lama de rejeitos da barragem da Samarco, segundo Aureliano Nogueira, gerente de produção vegetal da Secretaria de Agricultura do Estado.

Os bananais da Caliman Agrícola praticamente não estão mais produzindo neste ano. "A área secou e não tem mais o que vender", afirma a diretora.

Ainda de acordo com Nogueira, a restrição hídrica também afeta as lavouras capixabas de macadâmia, maracujá e abacaxi, que têm uma participação menos expressiva dentro do agronegócio do Estado.

As perspectivas para a fruticultura do Espírito Santo não são animadoras. As precipitações deste mês têm se mantido bem abaixo das médias históricas, e o período de estiagem sazonal no Estado começa em maio, estendendo-se até setembro.

Ainda que o regime de chuvas volte ao normal na primavera levará um tempo para que as plantas recuperem seu potencial produtivo. A lavoura do mamão, por exemplo, só produz depois de oito meses do plantio. Além disso, os prejuízos já estão fazendo os produtores cortarem seus investimentos na cultura. "Eles não renovaram o plantio ou diminuíram a área plantada", atesta Fiorot, da Brapex.

Sem recursos, IBGE cancela Censo Agropecuário de 2017. Robson Sales e Alessandra Saraiva – Valor Econômico. 19/04/2016.

O corte no Orçamento previsto do IBGE inviabilizou a realização do Censo Agropecuário em 2017. A pesquisa estava prevista para ir à rua no primeiro semestre do ano que vem para coletar informações referentes à situação dos campos. Em nota, o

instituto informou que, sem os recursos, a realização do Censo está adiada, sem nova data definida. Os primeiros resultados do levantamento seriam divulgados no fim de 2017.

Segundo o IBGE, o orçamento do Censo Agropecuário na Lei Orçamentária (LOA) aprovada pelo Congresso em janeiro. As negociações com o Ministério do Planejamento para obter os recursos necessários às atividades de preparação do censo não tiveram êxito, segundo o instituto.

O Censo Agropecuário fornece informações sobre segurança alimentar e agricultura familiar, preço dos alimentos e balança comercial, passando por temas relativos à sustentabilidade e à preservação ambiental.

Segundo o IBGE, as pesquisas mensais e anuais estão garantidas até o momento. De acordo com o IBGE, levantamentos como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) e as que analisam setores de serviços, comércio e indústria serão realizadas em 2016 e no ano que vem.

Cebola e cenoura apresentam tendência de queda de preços no atacado. CONAB. 19/04/2016.

O aumento da produção de cebola e cenoura incentivou a queda de preços registrada pelos produtos hortigranjeiros nos principais entrepostos das Centrais de Abastecimento (Ceasas) do país. É o que revela o 4º Boletim Prohort de Comercialização de Hortigranjeiros nas Ceasas em 2016, divulgado nesta terça-feira (19) pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Mesmo com as quedas registradas, as cotações dos dois produtos mantêm-se em patamares elevados. No caso da cebola, a importação continua como fator determinante para manutenção dos níveis elevados de preços. Já a cenoura manteve preço elevado devido à menor oferta do produto nas principais regiões produtoras. Para abril, a expectativa é de continuação no arrefecimento dos preços dos dois produtos, uma vez que há intensificação da colheita e provável queda na demanda, devido ao efeito da substituição em resposta aos preços ainda elevados.

A entrada da safra de tomate dos estados de SP, RJ e PR resultou em queda nos preços em alguns mercados. A tendência se mantém em abril em todas as regiões do país, conforme acompanhamento diário feito pelo do Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro (Prohort), executado pela Conab.

Apenas a batata registrou tendência de alta em março. O comportamento foi influenciado pela alta demanda, ocorrida durante a Semana Santa, aliada à queda de cerca de 11% no produto ofertado nos principais centros atacadistas, devido a condições

climáticas adversas nas regiões produtoras. A tendência é de manutenção da alta de preços, movimento oposto ao registrado em 2015.

Frutas - As frutas continuaram apresentando alta nos preços em março. Isso se deveu às condições climáticas adversas que impactam na produtividade, resultando na queda da oferta, além das questões de entressafra e do bom volume das exportações. Destacam-se, neste cenário, a banana e o mamão. Mas a expectativa para a banana é de reversão do comportamento a partir desse mês, uma vez que a produção deve aumentar no norte de Minas Gerais e no centro sul da Bahia. Já o mamão deve continuar apresentando alta nos próximos meses, devido principalmente à diminuição das chuvas e às altas temperaturas nas regiões produtoras.

O aumento das exportações teve forte influência na alta dos preços da laranja e da melancia. Nos próximos meses, no entanto, a tendência é de arrefecimento desses valores, uma vez que a plantação e a colheita devem ser intensificadas, aumentando a oferta no mercado interno. A maçã foi a única fruta que não seguiu o comportamento generalizado de alta. A queda nos preços se deve, sobretudo, ao avanço da colheita da variedade Fuji.

O levantamento foi feito a partir de dados fornecidos pelas centrais de abastecimento dos estados de SP, MG, RJ, ES, GO, CE, PE. Por problemas técnicos, os entrepostos do Paraná não consolidaram os dados de comercialização até o fechamento do boletim.

Reunião debate adesão dos estados ao Sistema de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Fernanda Tallarico – MAPA. 19/04/2016.

Ingresso de unidades da Federação no Sisbi possibilita ampliação de mercados para pequenas agroindústrias

A adesão dos estados ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sisbi-POA) foi o principal assunto da primeira reunião da Câmara Temática Temporária do Suasa (Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária). A câmara foi criada no dia 28 de março deste ano e é formada por representantes do governo e do setor produtivo.

O Sisbi-POA faz parte do Suasa e tem o objetivo de padronizar e harmonizar os procedimentos de inspeção de produtos de origem animal, para garantir a procedência e a segurança alimentar. Os estados que aderem ao sistema garantem às agroindústrias interessadas a autorização para vender seus produtos de origem animal – como queijos, salames, ovos e mel – não apenas para sua cidade ou estado, mas para todo o país.

A adesão beneficia, principalmente, os pequenos estabelecimentos, que, quase sempre, têm dificuldade em cumprir todos os requisitos burocráticos e técnicos exigidos pelo Sistema de Inspeção Federal (SIF).

Segundo o secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Luis Rangel, a meta é intensificar a adesão dos estados ao Sisbi. “Para alcançar um maior número de adesões, precisamos vencer as dificuldades com legislação e sistemas informatizados, além de capacitação e treinamento por meio da Escola Nacional de Gestão Agropecuária (Enagro).”

Até agora, já aderiram ao sistema Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, Distrito Federal, Bahia, Espírito Santo e Goiás.

Atrasos no repasse do Plano Safra não configuram empréstimo, diz ministra. Priscilla Mendes – MAPA. 20/04/2016.

Em entrevista, Kátia Abreu reafirmou confiança na presidente Dilma

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) disse que o atraso do governo federal no pagamento da subvenção do Plano Agrícola e Pecuário (PAP) não configura empréstimo. Ela também reafirmou sua confiança na presidente Dilma Rousseff e declarou que, apesar de o impeachment ser um instrumento legal, a atual proposta que tramita no Congresso Nacional não está embasada em um crime de responsabilidade.

Em entrevista na noite dessa terça-feira (19), Kátia Abreu explicou que 30% dos financiamentos da safra brasileira são subvencionados pelo governo federal. O processo de impedimento da presidente alega que o atraso no repasse dessa subvenção aos bancos que operam o crédito agrícola configura empréstimo, o que é proibido por lei. A ministra, contudo, rebateu a tese afirmando que, até outubro de 2015, o Tribunal de Contas da União (TCU) vinha aceitando esse tipo de atraso, chamado de "pedalada", que ocorreu não apenas no atual governo, mas também nos anteriores.

“Apenas em outubro passado o TCU determinou que o governo só tem cinco dias para quitar esse débito, mas antes não tinha prazo, desde que você terminasse o ano com a conta positiva com os bancos”, disse. “É como se você contratasse uma empresa para limpar sua piscina e, de repente, devido a algum problema na sua vida, comece a atrasar o pagamento dessa empresa, mas ela continua prestando o serviço. Isso é empréstimo? Não”, completou.

A ministra disse que o impeachment é um “instrumento legal”, mas “precisa ter as razões corretas para acontecer”. Também manifestou convicção sobre a seriedade da presidente Dilma Rousseff. “Tenho convicção na honestidade da presidente, na sua idoneidade. Ela é uma mulher seriíssima, correta, muito digna.”

Alimentação

Durante a entrevista, a ministra falou sobre o potencial do país em produzir e exportar alimentos. “O Brasil é o lugar em que o mundo conta com 40% do alimento que precisaremos em 2050, tamanha nossa disponibilidade de terras e nossas condições favoráveis, sem falar em tecnologia, clima e vocação.”

Ela afirmou que o país ainda tem muita terra improdutiva, mas não por má vontade dos produtores e sim por pouco acesso à tecnologia, assistência técnica e extensão rural. Esses foram os três fatores que determinaram o salto de produtividade que a agropecuária brasileira experimentou nos últimos 40 anos.

“Éramos grandes importadores de comida. A geração mais jovem nem acredita que há 40 anos nós só produzíamos café praticamente”, disse a ministra, acrescentando que, naquela época, a alimentação tomava de 45% a 49% do orçamento das famílias. Hoje, esse percentual é de 18% a 19%.”

NOTA DA FETRAF-BRASIL/CUT. FETRAF. 20/04/2016.

NOTA SOBRE O PROCESSO DE IMPEACHMENT, O ATAQUE À DEMOCRACIA E A EFETIVAÇÃO DO GOLPE INSTITUCIONALIZADO.

A vergonhosa aprovação da admissibilidade do processo de “Impeachment” pela Câmara dos Deputados na noite do último domingo representou muito mais que um Golpe Institucionalizado. Sim, foi um golpe porque foi acatado o processo de “impeachment” sem crime de responsabilidade, em um claro desrespeito ao que determina a Constituição Federal.

Mas foi muito mais que isso. A democracia brasileira foi profundamente ferida. Em um misto de covardia, sarcasmo e ódio, o sangue da nossa jovem sociedade democrática foi derramado, assim como o ocorrido em Eldorado de Carajás.

Prevaleceram a vingança e o ódio sobre pessoas, sobre partidos e, sobretudo, sobre um projeto de sociedade que, apesar de todos os problemas e até equívocos, tem como meta a inclusão social, distribuição da renda, prática da democracia participativa e a concepção de um Estado à serviço da maioria e dos excluídos.

Prevaleceu um “sim”, travestido de hipócrita combate à corrupção, ao medo de que o combate à corrupção atinja efetivamente os maiores corruptos e corruptores, simbolizados pelos comandantes desse processo, senhores Eduardo Cunha e Michel Temer.

Prevaleceu a postura da burguesia industrial de golpear os direitos sociais e trabalhistas, de golpear os avanços da agricultura familiar, de golpear de forma definitiva a reforma agrária em nosso país.

O golpe não é somente contra uma presidenta, um governo e uma democracia. É um golpe contra o povo, contra os trabalhadores, contra a população negra, contra os povos indígenas, contra os pobres e excluídos.

Além disso, ficou muito claro que a chamada “democracia representativa” é capenga, incompleta e parcial. Este processo de “impeachment” desnudou o que representa esta “democracia representativa” para a maioria da população brasileira. E esta realidade não é diferente na maioria dos estados federativos e dos municípios. E este foi um dos equívocos cometidos pelo Governo Dilma: apostar excessivamente nesta democracia representativa.

Diante disso, a FETRAF-BRASIL-CUT afirma que não reconhece a legitimidade do processo de “impeachment” pois tem vícios desde a sua origem, tratando-se assim de um atentado contra a democracia e população brasileira. Não reconhece a legitimidade de Eduardo Cunha no comando da Câmara dos Deputados. E não reconhece a legitimidade de Michel Temer em, caso aprovado este “impeachment golpista” assumir a Presidência da República.

A FETRAF-BRASIL/CUT continuará, articulada à Frente Brasil Popular e à Frente Povo Sem Medo, a mobilizar a sua base para lutar, com as ações e as forças que forem necessárias, em defesa da democracia, em defesa dos direitos conquistados e contra o golpe.

Queremos chegar à plenitude da legítima democracia, que não se esgota nesta podre e carunchada democracia representativa, precisando ser complementada com uma efetiva democracia participativa, democracia social e democracia econômica.

A agricultura familiar, os povos do campo, das águas e da floresta não aceitarão, de forma pacífica, retrocessos na sua tão recente história de avanços e conquistas para voltar aos 500 anos de história de subordinação e opressão a que foram submetidos.

PELA DEMOCRACIA PLENA

PELA MANUTENÇÃO DOS DIREITOS CONQUISTADOS E ADQUIRIDOS

VIVA A AGRICULTURA FAMILIAR

VIVA OS POVOS DO CAMPO, DAS ÁGUAS E DAS FLORESTAS

VIVA OS POVOS INDÍGENAS

Brasília (DF), 19 de abril de 2016 – Dia dos Povos Indígenas.

Mapa desenvolve várias ações para garantir controle sanitário durante as Olimpíadas. Cláudia Lafeta – MAPA. 22/04/2016.

Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) fiscaliza cargas, bagagens e animais

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) desenvolve diversas ações preparatórias para garantir o controle sanitário e a vigilância agropecuária do Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

A biossegurança do Centro Olímpico de Hipismo e a saúde dos cavalos que disputarão as provas equestres estão asseguradas pelo Mapa, cujo trabalho recebeu reconhecimento internacional.

Segundo a coordenadora do Vigiagro, Edilene Cambraia, o trabalho articulado do ministério teve início com a participação em diversos fóruns internos e externos, como a Força-tarefa Casa Civil do Palácio do Planalto; o Comitê Técnico de Operações Especiais; o Grupo Executivo GE Olimpíadas, do Ministério dos Esportes, e o Grupo de Trabalho Olimpíadas, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Mapa.

“Adequamos a nossa equipe já existente, reforçando o número de fiscais federais agropecuários para atuarem nas frentes de ação nos aeroportos do Galeão e de Guarulhos. O objetivo é ganharmos celeridade e eficiência na fiscalização das cargas, bagagens, animais atletas e cães guias, dos passageiros, das comissões técnicas, suas delegações e autoridades que ingressarão no Brasil em função dos jogos”, diz Edilene.

Também foram elaboradas normas específicas para garantir o controle sanitário dos cavalos atletas, dos cães-guia e produtos de origem vegetal e animal, tais como os alimentos importados destinados aos atletas e delegações. Todos esses itens estão sujeitos ao controle do Sistema Vigiagro, a fim de evitar entrada de pragas e doenças no país.

Além disso, os Serviços de Defesa Animal e a Fiscalização de Insumos Pecuários da Superintendência Federal de Agricultura do Rio de Janeiro também estão sendo demandados em diversas reuniões e na abertura de frentes de trabalho, como no Complexo de Deodoro (onde ocorrerão as provas hípicas), na Vila Olímpica e no Aeroporto Galeão.

Açaí, o sabor da Amazônia que se espalha pelo mundo. Ana Carolina Oliveira - MAPA. 25/04/2016.

Além do Brasil, fruta é consumida na América do Norte, Europa e Ásia

“Tomo creme de açaí todos os dias da semana”, diz a profissional da área de educação física Cíntia Mota, enquanto saboreia uma mistura gelada da fruta roxa originária da Floresta Amazônica com xarope de guaraná, num pequeno quiosque em um shopping de Brasília. O creme, acrescenta, substitui o sorvete e sacia o desejo por doces.

“Refresca e é mais saudável.”

Cíntia faz parte dos milhares de apreciadores de açaí espalhados pelo Brasil, América do Norte, Europa e Ásia. A produção brasileira de extrativismo e de cultivo dessa fruta exótica está concentrada na região Amazônica. O principal produtor é o Pará, mas o Amazonas, Maranhão, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima também colhem a fruta. A

cadeia produtiva é formada, em sua maioria, por pequenos e pequenas agricultores ribeirinhos.

Atenta ao mercado promissor do fruto, a empresária Ana Paula de Jesus Batista abriu uma casa de açaí, em 2002, em Brasília. O estabelecimento, localizado em uma quadra residencial de Taguatinga Norte, funciona durante toda a semana e garante a renda familiar. No cardápio, há vários acompanhamentos para servir com a polpa da fruta, como vinho, tapioca e o crepe. As porções da polpa são servidas geladas em tigelas de 300 ml a 1 litro.

“Vimos no açaí uma oportunidade. Sobrevivemos desse mercado há quatro anos. Aqui, prezamos pelo sabor original do fruto que compramos diretamente de fornecedores do Pará. Os outros ingredientes são servidos separados”, conta Ana Paula.

Emprego e renda

Na Amazônia, a polpa roxa do açaí é mais consumida com farinha de mandioca, peixe assado ou camarão. Em outras regiões, costuma ser servida gelada em tigelas, misturada a outros ingredientes, como banana, granola e xarope de guaraná. Do seu caldo também são feitos sorvete, creme e geleia, entre outras receitas.

O fruto pequeno e redondo é colhido em palmeiras, conhecidas como açazeiros, que podem chegar a 30 metros de altura. A espécie é nativa de regiões que alagam diariamente, por causa das marés ou da proximidade de rios e igarapés. Com o aumento do consumo, suas raízes passaram a ser manejadas, na década de 1990, e hoje a planta é cultivada em áreas não alagadas.

Só no território paraense, a cultura do açaí empega, direta e indiretamente, cerca de 250 mil pessoas, segundo o gerente de Fruticultura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Pará (Sedap), Geraldo Tavares. A fruta ocupa áreas onde também há buritis e a andirobas.

A colheita da fruta pode render até dois salários mínimos aos ribeirinhos, informa a diretora de Política Agrícola e Informação da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Elizabeth Turini. As famílias se dedicam à extração da fruta no período da safra, que vai de setembro a janeiro, no Pará. Na época da entressafra, elas completam a renda com outras atividades, como apicultura e pesca.

Em 2015, só o Pará colheu mais de 1 milhão de toneladas de açaí em uma área extrativista e cultivada de 154.486 hectares. A venda dos frutos injetou cerca de R\$ 1,8 bilhão na economia em um ano. Geraldo Tavares estima que pelo menos 300 mil toneladas sejam consumidas por ano na região metropolitana de Belém.

Os paraenses consomem duas vezes mais açaí do que leite, ressalta o presidente do Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf), Moacyr Saraiva Fernandes. O alto consumo na região se deve ao seu valor nutricional, observa Elizabeth Turini. “A fruta é recomendada na alimentação de crianças, idosos e esportistas.”

A diretora Política Agrícola e Informação da Conab destaca ainda que o açaí contém ferro, fósforo, potássio, cálcio, gordura vegetal e fibras. A ingestão da fruta, completa o presidente do Ibraf, auxilia na redução do colesterol e da pressão sanguínea, no combate à anemia e no fortalecimento do sistema imunológico, nervoso, muscular e cardiovascular.

Consumo e exportação

Com a ampla divulgação de seus benefícios para a saúde, a procura pelo suco do açaí tem crescido acima da oferta. A cada ano, aumenta 15%, contra 5% do incremento da produção, comenta João Tomé de Farias Neto, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental. “Hoje, a Embrapa oferece tecnologias que permitem ampliar a produção com o mínimo de prejuízo ao meio ambiente.”

Para atender a demanda, a Sedap criou o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no Estado do Pará (Pró Açaí). O órgão do governo paraense espera que a área cultivada da fruta seja ampliada em 50 mil hectares até 2020.

Não é só a polpa de açaí que garante renda aos ribeirinhos no baixo Rio Tocantins. O palmito, que fica na parte mais alta do açaizeiro, é retirado ao fim da safra e vendido às empresas locais. O produto não é muito consumido no estado, mas é revendido a regiões como Belo Horizonte, São Paulo e Vitória. Também é possível extrair o óleo do açaí, e os caroços podem ser utilizados para a produção de fitoterápicos, ração animal e adubo orgânico.

Além do mercado interno, a fruta também é consumida em outros países. Em 2015, o Pará exportou mais de 6 mil toneladas do mix de açaí (mistura da fruta com banana e guaraná) para os Estados Unidos e Japão, o equivalente a US\$ 22,6 milhões.

Os mercados norte-americano e japonês são o destino de 90% das exportações de açaí. Os outros 10% são comprados pela Alemanha, Bélgica, Reino Unido, Angola, Austrália, Canadá, Chile, China, Cingapura, Emirados Árabes, França, Israel, Nova Zelândia, Peru, Porto Rico, Portugal e Taiwan.

Do alto do açaizeiro à mesa do consumidor. Ana Carolina Oliveira - MAPA. 25/04/2016.

Ribeirinhos tiram cachos de açaí do topo da palmeira para abastecer o mercado

Logo que amanhece, os ribeirinhos e ribeirinhas da Amazônia sobem ao topo de açaizeiros com a ajuda de uma cinta amarrada aos pés, chamada de peconha. De lá, retiram os cachos de açaí com uma faca. Depois, a fruta é colocada em cestos de palha, conhecidos como rasas, que suportam de 14 a 28 kg.

Assim começa o cotidiano da boa parte dos extrativistas que garantem o sustento com a cultura do açaí. O maior polo brasileiro de coleta do fruto fica no estuário do Rio Tocantins, no Pará.

A cadeia produtiva açaí reúne trabalhadores de diferentes atividades. Entre eles, os produtores, que trabalham durante todo o ano nos açaizais, e os extrativistas, responsáveis pela colheita do fruto nas palmeiras. Também há os atravessadores, que coletam as rasas por via fluvial em embarcações de pequeno porte, e os batedores artesanais, que processam a fruta em pequenas bateadeiras para consumo no próprio estado.

Além disso, participam do processo os transportadores. Eles carregam o açaí em caminhões refrigerados por aproximadamente 12 horas até as principais indústrias de processamento em grande escala. Essas empresas distribuem o produto para fora do estado.

Preço da rasa

Apesar de não existir um padrão de comercialização da fruta, a rasa de 14 kg custa cerca de R\$ 25 para a agroindústria, diz o gerente de Fruticultura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca do Pará (Sedap), Geraldo Tavares.

O valor do produto pode variar muito durante o ano, diz o presidente do Instituto Brasileiro de Frutas (Ibraf), Moacyr Saraiva Fernandes. Isto porque o preço depende da quantidade da produção e da negociação com os compradores.

De acordo com diretora de Política Agrícola e Informação da Conab, Elizabeth Turini, o Pará consome 60% da sua colheita de açaí. Do 40% restante, 30% vão vendidos para o mercado interno – com destaque para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – e 10% são exportados.

Para fiscalizar toda a cadeia produtiva, algumas prefeituras criaram um selo de garantia da qualidade do produto. Em Belém, o selo é conhecido como Açaí Bom. O certificado é concedido aos batedores artesanais, que fazem o processamento do produto dentro das normas determinadas pela Vigilância Sanitária e pelo decreto estadual nº 326 / 2012.

Já as agroindústrias são fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepara). No Mapa, os padrões de identidade e qualidade para polpa de açaí, consumida como bebida, são definidos pela Instrução Normativa nº 01, de 7 de janeiro de 2000.

Presidente da FAEMG critica adiamento do Censo Agropecuário. CNA. 25/04/2016.

O presidente do Sistema FAEMG - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, Roberto Simões, manifestou repúdio à decisão do IBGE em adiar, pela segunda vez, a realização do Censo Agropecuário: “Recebemos a notícia com verdadeiro estarrecimento. Um novo adiamento de instrumento tão importante demonstra mais uma vez a incompreensão do atual governo e o costumeiro menosprezo que é conferido ao setor que mais contribui com a geração de empregos e renda neste país”.

Segundo ele, os dados hoje disponíveis são do último censo agropecuário, de 2006, e já não refletem mais a realidade do setor: “Para um setor assim tão dinâmico, o levantamento a cada dez anos já é algo inaceitável, e pouco confiável como subsídio ao planejamento adequado de políticas e condução do setor. A agricultura de dez anos atrás já não existe mais. É preciso conhecer a situação atual e termos horizonte para planejarmos adiante de forma mais assertiva. A decisão de deixar todo o setor às escuras só demonstra a falta de consideração do governo com o agronegócio, único setor que lhe garante recursos para sobreviver à crise”.

Aumentam as vendas de destilados de luxo. Cibelle Bouças – Valor Econômico.
26/04/2016.

O mercado de bebidas de luxo cresce no Brasil, em especial no segmento de destilados. O crescimento, mesmo em uma economia em recessão, deve-se a um conjunto de fatores: apreciadores tradicionais desse tipo de bebida reduziram o número de viagens ao exterior e passaram a comprar no país; a demanda no interior de São Paulo e no Centro-Oeste, onde o agronegócio vai bem, está aquecida; e o público que frequenta bares e restaurantes está mais disposto a experimentar drinques feitos com vodca, rum e gim.

A Diageo, maior fabricante de destilados do mundo e dona de marcas como Johnnie Walker, Tanqueray, Cîroc e Zacapa, está sendo beneficiada por esse movimento. Cecilia Gurgel, diretora da Diageo Reserve (área que engloba o portfólio de luxo da companhia), disse que as linhas de luxo têm crescido dois dígitos por ano, superando a média do mercado.

No Brasil, as vendas da Diageo cresceram 12% no segundo semestre de 2015 (que correspondeu ao primeiro semestre do ano fiscal 2016 da companhia). A consultoria International Wine and Spirit Research (IWSR) estima que o mercado de bebidas de luxo no país tenha crescido de 9% a 10% no ano passado.

"O mercado de luxo teve um crescimento mais forte no último ano. A receita de vendas dessas linhas cresceu 200% nos últimos 12 meses", diz Cecilia. De acordo com a companhia, no acumulado de 12 meses (maio de 2015 a abril deste ano), as vendas do uísque Johnnie Walker Gold Label, classificado na categoria de superluxo, cresceram 41% em receita e ficaram estáveis em volume. No caso da vodca superpremium, com destaque para a marca francesa Cîroc, as vendas aumentaram 21% em volume e 77%

em valor. As vendas do gim de alto valor agregado - incluindo a marca Tanqueray - aumentaram 61% em volume e 98% em valor.

Na categoria luxo, a Diageo inclui bebidas destiladas como uísque, vodca, gim e rum, com preços que variam de R\$ 130 a R\$ 20 mil por garrafa. Segundo Cecilia, as vendas crescem também porque a empresa expandiu a distribuição dessas marcas no país e promoveu as bebidas em restaurantes, bares e festas. Desde o ano passado, segundo Cecília, a Diageo tem intensificado esforços para ampliar as vendas de bebidas de luxo fora do eixo Rio-São Paulo.

"Existe uma demanda aquecida no interior de São Paulo e no Centro-Oeste do país, por conta do agronegócio, e crescimento na região Nordeste", diz a executiva. Segundo a Diageo, as vendas cresceram 156% em volume na região que compreende Bauru, Marília, Presidente Prudente e Piracicaba, interior de São Paulo. No Distrito Federal, as vendas do uísque de alto luxo aumentaram 150%.

Cecilia observa que consumidores de bebidas de luxo reduziram o número de viagens ao exterior e esse fator também contribuiu para o aumento do consumo no país. Cecilia disse ainda que o consumo de vodca, gim e rum também cresce no país pois há mais consumidores experimentando drinques à base desses destilados.

A IWSR estima que o mercado total de destilados no Brasil vai apresentar uma queda média anual de 1,3% no volume de vendas até 2020, com perdas mais significativas em cachaça (queda de 2,1% ao ano), rum (2,1%) e brandy (2%). E prevê crescimento anual para as categorias de tequila (com alta de 5,3% ao ano), gim (4,3%), vodca (3,1%) e uísque (1%).

A executiva diz que a Diageo vai reforçar ações de marketing neste ano para manter o ritmo de crescimento de dois dígitos nas vendas de destilados de luxo. De acordo com Cecilia, o Brasil está entre os dez maiores mercados desse tipo de bebida para a Diageo, e ainda tem forte potencial de expansão. Enquanto o mercado de luxo representa 6% das vendas da Diageo na América Latina, no Brasil, essa fatia é de 3%.

Em relação a preços, a executiva informa que a Diageo reajustou as linhas de destilados de luxo no último ano, mas abaixo da variação cambial - todas as marcas são importadas. Cecilia disse que a empresa tem buscado equilibrar os custos de importados reduzindo custos de produção de outras linhas como a vodca Smirnoff e a cachaça Ypióca.

No primeiro semestre fiscal de 2016 (encerrado em dezembro do ano passado), a Diageo teve lucro de 1,41 bilhão de libras esterlinas (US\$ 2 bilhões), alta de 7% em relação a igual intervalo um ano antes. A receita líquida caiu 5%, para 5,61 bilhões de libras esterlinas, por conta da variação cambial.

As vendas no Brasil cresceram 12% nesse período. A companhia não divulga receita por país. Na região América Latina e Caribe, as vendas líquidas subiram 9%. A receita na

região somou 522 milhões de libras esterlinas (US\$ 747,1 milhões), com destaque para as vendas de vodca, que cresceram 22% graças à performance da categoria no Brasil e México.

A empresa também destacou o desempenho no Brasil das vendas de uísque, que aumentaram 9% na América Latina com vendas fortes das marcas Johnnie Walker Red Label, Black&White e White Horse no México e no Brasil. No mercado do Paraguai, Uruguai e Brasil, as vendas líquidas do portfólio de luxo da Diageo cresceram 14%, impulsionadas pela marca Cîroc e investimentos em marketing.

Em relação ao segmento de cachaça, a companhia informou que, apesar da queda no mercado como um todo, as vendas da Ypióca aumentaram 4% em receita.

A Euromonitor International estima que o mercado total de destilados (incluindo cachaça) movimentou 1,08 bilhão de litros em 2014. A líder no mercado brasileiro em 2014 era a Cia. Muller de Bebidas, dona da Cachaça 51, com 16,8% de participação. Em seguida estão a Indústrias Reunidas de Bebidas Tatuzinho (dona das cachaças Tatuzinho e Velho Barreiro), com 9,5%, e a Diageo, com 9,4%.

Técnicos da Conab explicam como funcionam as ações da fiscalização para Secretaria da Pesca e CGU. CONAB. 26/04/2016.

As ações de fiscalização da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) já são referência no governo federal. Por solicitação da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), a Superintendência de Fiscalização de Estoques (Sufis) da Companhia apresentou sua expertise à Secretaria da Pesca. Na reunião, realizada ontem (25), tiveram início as tratativas para uma futura parceria na área. A ideia é a criação de um Plano Nacional de Fiscalização para a Secretaria da Pesca.

Além de apresentarem as atividades gerais da área, os técnicos da Conab também explicaram as diferentes metodologias adotadas nas fiscalizações e os conhecimentos acumulados em 22 anos de vistorias. “Começamos com a fiscalização de estoques públicos. Nos anos seguintes, passamos a ser solicitados também a fiscalizar outras ações. Atualmente, trabalhamos em seis segmentos diferentes”, explica o superintendente do setor, Francisco Farage. Hoje, a Conab fiscaliza, além dos estoques públicos e privados, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Vendas em Balcão, ações ligadas ao extrativismo e programas de subvenção. Por demanda do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a Conab também é responsável pela fiscalização do seguro rural.

Unai – Nesta terça-feira (26), técnicos da Superintendência de Fiscalização da Conab acompanham visita de uma equipe técnica da CGU a uma unidade armazenadora na cidade de Unai (MG), para repassar conhecimentos sobre fiscalização de café. Entre os

assuntos que serão apresentados estão as etapas adotadas pela Conab nas vistorias e metodologias e critérios que devem ser seguidos pelos armazéns fiscalizados.

Força-tarefa regulariza situação de 2,3 mil embarcações no país. Ana Carolina Oliveira – MAPA. 27/04/2016.

Renovação de licença mantém a atividade dos pescadores dentro da legalidade

Por meio de força-tarefa criada por determinação da ministra Kátia Abreu, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) regularizou a situação de 2.362 embarcações, com a renovação do certificado de autorização de pesca. A renovação do documento - que tem que ser feita uma vez por ano - permite que o pescador continue a trabalhar dentro da legalidade.

O trabalho da força-tarefa da Secretaria de Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura do Mapa foi realizado nos últimos 50 dias. Os pedidos estavam acumulados por causa da extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura e da consequente transferência de suas atribuições para o Mapa.

Em todo o Brasil, 24 mil embarcações têm o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RPG). Do total, 3,4 mil estavam em situação irregular. Com a renovação das 2.362, ainda faltam 1.565 licenças. Esses documentos ainda não foram emitidos porque dependem do envio de pedido formal ao Mapa por parte dos pescadores.

Setor agropecuário da Bahia mais uma vez tem saldo positivo na geração de empregos. CNA. 27/04/2016.

De acordo com as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), sistematizados pela SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, três setores contrataram trabalhadores celetistas: Administração Pública (+920 postos), Agropecuária (+704 postos) e Construção Civil (+4 postos).

Ainda assim, a Bahia contabilizou um saldo negativo de 4.803 postos de trabalho com carteira assinada em março de 2016. Tal resultado expressa a diferença entre o total de 50.588 admissões e 55.391 desligamentos.

Setorialmente, em março, cinco segmentos contabilizaram saldos negativos:

- Comércio (-3.085 postos),
- Serviços (-1.630 postos),
- Indústria de Transformação (-1.547 postos),

- Extrativa Mineral (-103 postos) e
- Serviços Industriais de Utilidade Pública (-66 postos).

Acumulado do Ano – No acumulado dos três últimos meses, a Bahia apresentou um saldo de emprego da ordem de -11.726 postos de trabalho, isso levando em conta a série ajustada, que incorpora as informações declaradas fora do prazo. Este resultado fez com que a Bahia ocupasse a vigésima primeira posição no país e o sexto lugar no nordeste no que diz respeito a geração de empregos.

Análise Municipal - Entre os municípios com mais de 30 mil habitantes que tiveram os menores saldos de empregos, em março de 2016, ressaltam-se Salvador (-2.201 postos), Lauro de Freitas (-1.224 postos) e Camaçari (-480 postos). Em contrapartida, Dias D'Ávila (+392 postos), Alagoinhas (+290 postos) e Luis Eduardo Magalhães (+274 postos) se destacaram na criação de novas oportunidades de trabalho formal na Bahia.

Falta menos de um mês para o prazo final da Contribuição Sindical Rural. CNA. 27/04/2016.

Em Mato Grosso do Sul, aproximadamente 17,5 mil produtores rurais devem realizar o pagamento da Contribuição Sindical Rural - pessoa física até o dia 22 de maio. O Sistema FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul alerta o produtor para o prazo final da tributação.

A Contribuição Sindical Rural é obrigatória a todos os produtores rurais com propriedades acima de dois módulos ou que desenvolvam qualquer atividade rural, ou ainda aqueles que tenham propriedades arrendadas ou possuam funcionários. O cálculo é realizado com base nas informações declaradas à Receita Federal por meio do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). O não recolhimento da taxa resulta em multa, juros e correção do valor.

Para o diretor-tesoureiro do Sistema FAMASUL, Luis Alberto Moraes Novaes, a importância do pagamento da contribuição. "Cada recolhimento represente benefícios para o setor produtivo, considerando que os recursos são utilizados em serviços voltados para atender as necessidades dos produtores", reforça Novaes.

De acordo com o diretor, o produtor precisa saber que o montante é aplicado na prestação de serviços ao setor. "O recurso é utilizado na própria representação e defesa da classe, o que exige um estrutura forte e ágil. Com isso, conseguimos atender as demandas dos setores, no que se refere a questões fundiárias, meio ambiente, trabalho e previdência, logística e infraestrutura, além de atuar junto às lideranças políticas locais, estaduais e nacionais, é preciso conquistar o respeito do mercado internacional".

Do montante arrecadado com o tributo, 20% do valor são destinados ao Ministério do Trabalho, 60% aos Sindicatos Rurais, 15% à Federação de Agricultura do Estado e 5% à CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Para facilitar os procedimentos em relação à contribuição, a CNA publicou uma página especial: <http://canaldoprodutor.com.br/contribuicao-sindical-2016/> e também disponibiliza um serviço para emissão da 2ª via da guia: <http://www.canaldoprodutor.com.br/contribuicao-sindical/2a-via-contribuicao-sindical>

Presidente da CNA diz que novo Governo terá que apresentar mudanças ao País num prazo máximo de 60 dias. CNA. 28/04/2016.

O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, afirmou que, caso o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff seja admitido pelo plenário do Senado, o novo governo terá de apresentar mudanças concretas à sociedade brasileira num prazo máximo de 60 dias. Na companhia de representantes de outros setores produtivos da economia – confederações da Indústria (CNI), dos Transportes (CNT), das Cooperativas (CNCoop), de Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida (CNSeg), e da Saúde (CNS) -, o presidente da CNA manteve encontro, nesta quarta-feira (27/04), com o vice-presidente da República Michel Temer.

A reunião, segundo João Martins, foi marcada por um ambiente de tranquilidade e otimismo, embora o vice-presidente Michel Temer tenha enfatizado que só após a definição do impeachment pelo senadores ele anunciará os pontos básicos de seu programa de governo. Durante a conversa, o presidente da CNA entregou ao vice-presidente Michel Temer um documento com propostas da entidade para o setor agropecuário e para o desenvolvimento econômico sustentável do país.

Em defesa de Dilma, Kátia Abreu diz que agricultura quis mais dinheiro. Vandson Lima e Fabio Murakawa – Valor Econômico. 29/04/2016.

Ministra da Agricultura, Kátia Abreu pediu aos senadores, na comissão do impeachment, que não "criminalizem" a subvenção à agricultura e fez uma veemente defesa da presidente Dilma Rousseff.

“Eu apoio a presidente Dilma pela reciprocidade que ela deu à agricultura nos últimos cinco anos. Não adiantaria nada a presidente Dilma apoiar a agricultura se ela fosse desonesta. Também apoio a presidente Dilma porque acredito na sua honestidade e no seu espírito público”, afirmou.

Para a ministra, o atraso no pagamento de subsídios do Tesouro Nacional para os bancos públicos – manobra do governo conhecida como “pedalada fiscal” – não representa operação de crédito. “Quem nunca atrasou o pagamento de suas contas, em um percentual ínfimo?”, questionou.

De acordo com ela, a lei distingue subvenção de uma operação de crédito. “Foi o setor que pediu à presidente o incremento do Plano Safra, participamos ativamente do aumento desses recursos”, disse. “Estão colocando a subvenção agrícola num risco muito elevado”, disse.

Ministra defende pagamento da subvenção agrícola na Comissão do Impeachment. Priscilla Mendes – MAPA. 29/04/2016.

Kátia Abreu participa da defesa da presidente Dilma Rousseff no Senado

Na Comissão Especial do Impeachment do Senado Federal, a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) afirmou, nesta sexta-feira (29), que o pagamento de subvenção ao Plano Agrícola e Pecuário (Plano Safra) garante o crescimento do setor e a produção contínua de alimentos no Brasil. Disse que o atraso do governo federal no repasse desses valores aos bancos - um dos objetos da denúncia contra a presidente Dilma Rousseff – não configura empréstimo.

A ministra foi convidada pela comissão a apresentar a defesa da presidente no processo de impedimento que tramita no Senado, bem como os ministros José Eduardo Cardozo (Advocacia-Geral da União) e Nelson Barbosa (Fazenda).

A equalização do crédito agrícola, afirmou, é um “recurso poderoso” e representa o “pilar” da política agrícola brasileira, porque reduz o custo do financiamento rural. A subvenção é a diferença paga pelo governo federal entre os juros tomados pelos produtores rurais e os praticados pelo mercado.

Kátia Abreu afirmou que a sociedade brasileira contribui com o setor agrícola ao subvencionar os financiamentos agrícolas, instrumento fundamental para garantir a competitividade e a produtividade do agronegócio e da agricultura familiar no país.

“A subvenção agrícola foi necessária e quase obrigatória no país, porque os juros praticados pelo mundo afora são muito menores do que os praticados no Brasil. Não teríamos competitividade se não lançássemos mão da subvenção ao crédito e ao seguro, que é um gasto de governo”, afirmou.

A ministra pediu à comissão que não “criminalize” o instrumento da equalização, “talvez o mais importante” para garantir a prosperidade do agronegócio, do médio

agricultor, do pequeno agricultor familiar. “Esses produtores rurais não merecem só subvenção; eles merecem aplausos de todos os brasileiros por fazerem a maior agricultura tropical do planeta Terra”, completou.

Repasse das subvenções

Kátia Abreu afirmou que os atrasos do governo federal no pagamento das subvenções aos bancos não configuram empréstimo, o que seria proibido pela Lei de Responsabilidade.

“Estão colocando a subvenção agrícola num risco muito elevado. Não podemos permitir que a equalização seja encarada ou admitida como um empréstimo do Governo Federal aos bancos. Isso é um absurdo”, disse a ministra. “A Lei Complementar nº 101 distingue exatamente, criteriosamente, claramente o que é uma subvenção, o que é a prática de uma concessão de subvenção e o que é uma operação de crédito. O que é uma operação de crédito? É o que o produtor faz com o banco: assina um contrato, toma um dinheiro emprestado e vai trabalhar e plantar na roça”.

A ministra comparou a operação dos bancos à prestação de serviços domésticos. “Se eu contrato alguém para fazer a vigilância da minha casa ou para fazer qualquer serviço de limpeza e eu atraso esse pagamento com essa empresa, eu tomei emprestado o dinheiro da empresa de vigilância? Eles estão me emprestando dinheiro ou eu é que estou atrasada com eles e vou pagar multa, juros e correções? Não”.

O governo federal, ressaltou a ministra, efetivou o pagamento de toda a subvenção pendente em outubro de 2015, quando o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que esses repasses deveriam ser quitados a cada seis meses.

“Quando o TCU informou ao governo e exigiu que agora seria diferente, a cada seis meses seria obrigatório o pagamento e não poderia mais ser postergado, aí, sim, o governo em 2015 pagou mais de R\$ 15 bilhões de toda a subvenção atrasada e cumpriu à risca”, argumentou.

Martins e os demais representantes do setor produtivo disseram ao vice-presidente que a condição básica para a retomada dos investimentos, é o futuro governo “estabelecer um ambiente de confiança e de credibilidade no país”.

Os representantes do setor produtivo manifestaram ainda ao vice-presidente Michel Temer o desejo de serem ouvidos quando das novas políticas para as áreas econômica e social, dentro do princípio da austeridade e da redução dos gastos. Nesse sentido, segundo Martins, será fundamental a redução da máquina burocrática do Estado, com corte de ministérios e mudanças no segundo e terceiro escalão da administração federal.

Com relação ao anúncio do novo Plano Agrícola e Pecuário para a safra 2016/2017, conforme informou a ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Kátia

Abreu, o presidente da CNA disse que o segmento agrícola não foi consultado. João Martins concluiu dizendo que o vice-presidente Michel Temer, aprovado o impeachment pelo Senado, precisará do apoio de todos os segmentos da sociedade, políticos, trabalhadores e empresários, de forma a facilitar e permitir a retomada do crescimento do país.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrgio, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais**
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214
Fax: 21 2224 8577 - r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa